

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 27 | Nº 11 | NOVEMBRO 2007 | R\$ 13,00



ISSN 0100-4298



Especial Café
RECEITA DA
QUALIDADE

Grãos e carne

**Novo ciclo
de preço**

Cana

**Mecanização
versus emprego**

Crédito de carbono

Saiba como obter



*Na satisfação
com a maior
produtividade
de grãos
por hectare*

*Na maior
quantidade
de grãos
cereja*

*No melhor preço
obtido por
saca de café*

AgCelence™
É maior produtividade.
É mais rentabilidade.

AgCelence™ é a solução inovadora
da BASF que maximiza seus lucros.

AgCelence™ é maior produtividade e muito mais
qualidade nas lavouras de café.

AgCelence™ é o efeito fisiológico positivo
proporcionado pelo uso dos fungicidas Opera® e Cantus®.

Saiba mais. Visite nosso site:

www.agcelence.com.br

Cultivando Inovação,
Criando Valor

BASF
The Chemical Company

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual.

Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte
sempre um
Engenheiro
Agrônomo



Venda
sob
recetário
agrônomo

PRATIQUE O MANEJO INTEGRADO

FALE COM A BASF: 0800 0192 500
www.agro.basf.com.br agro-br@basf.com

O agronegócio é o seguinte

Café é câmbio

NA HISTÓRIA do Brasil uma valorização do câmbio acima da dose é um fenômeno conhecido e repetitivo. O caso mais emblemático ocorria quando o “café era câmbio”, como dizia o professor Eugênio Gudín, que foi vice-presidente da FGV e ministro da Fazenda. O produto era o epicentro em torno do qual se movimentava a economia nacional, conforme a concentração geográfica e as variações climáticas.

Em diversas ocasiões, as geadas provocaram enormes quebras nas safras nacionais. Diante de sua demanda inelástica (baixo impacto do preço sobre a quantidade), o preço internacional do produto sofria forte elevação. Com mais da metade da safra mundial, o Brasil tinha no café 70% da receita de exportação. O fluxo de recursos para o País inflava e a taxa de câmbio de “equilíbrio natural” valorizava-se.

O resultado era um verdadeiro desastre para as outras atividades brasileiras exportadoras ou substituidoras de importação. Ainda incipientes, com fraca competitividade, desenvolviam-se “naturalmente” com a taxa de câmbio de “equilíbrio” anterior à geada. Com a valorização do câmbio, elas sucumbiam com a avalanche de produtos importados.

A relação do café com o Brasil é de causa e efeito. Um fez o outro. Nesses 280 anos, a rubiácea criou cidades, abriu fronteiras e gerou riqueza por onde passou. Cultura nômade a princípio, do Pará o café foi para o Rio de Janeiro e, de lá, seguiu para o Vale do Paraíba, no estado de São Paulo e, via serras fluminenses, conquistou Minas Gerais e, em seguida, Paraná e Espírito Santo.

A industrialização do País perseguida pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi financiada em grande parte com o dinheiro obtido com a exportação desse produto agrícola.

Agora, sem hesitação, a conclusão lógica é de que o agronegócio é câmbio. O saldo do setor na balança comercial fica próximo de US\$ 140 bilhões. Isso explica uma parte da atual valorização do câmbio, que afeta inclusive a própria cadeia produtiva do café.

O fato da economia do café não ter mais na balança comercial o peso de décadas passadas, é um indicador do crescimento do Brasil, que comercializa desde aeronaves até bens de capital e de consumo, assim como produtos agrícolas diversificados. Mas a importância do produto na economia do País continua inquestionável: o Brasil é o maior produtor mundial, com safras em torno de 35 milhões de sacas, e o maior exportador, com mais de 30% do *market share*. E ainda representa o segundo maior mercado consumidor.

A cadeia produtiva do café integra uma rede imensa de agentes, com agrônomos e pesquisadores; uma base comercial e exportadora dinâmica e preparada para escoar qualquer tamanho de colheita; possui um parque industrial apto para oferecer tanto café torrado e moído quanto solúvel, e tem uma estrutura produtora de elevada qualidade, em função dos investimentos feitos pelos produtores. Além disso, com parceiros em todos os elos, que são, de um lado, os fornecedores de insumos, máquinas e serviços e, de outro, os profissionais do comércio, como supermercados, cafeterias, panificadoras, bares, hotéis e restaurantes.

Com informações e análises atualizadas, a exemplo das edições em anos anteriores, **Agroanalysis** apresenta um caderno especial sobre o café. Uma fonte de conhecimento e de pesquisa para o nosso leitor. Outras matérias interessantes complementam o presente número. O aquecimento do preço das *commodities* agrícolas é motivo de um profundo estudo, enquanto a saga do etanol, com seus desafios de sintonizar a produção e a demanda também merece uma prospecção e um comentário. Boa leitura. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura
de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: SXC (capa) e Getty Images (págs. 04,05,22)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-
3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,
8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra
Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob
Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrew Gray (Souza Cruz S/A), Carlos
Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida,
Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa
da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro Duarte (HSBC Investment Bank
Brasil S.A. – Banco de Investimento), Jacques Wagner (Estado da Bahia), Jorge
Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.),
Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade
Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul
Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de
Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro),
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sérgio Santiago (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea (Refinaria
de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de
Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco
de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro
Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia
Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique
Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

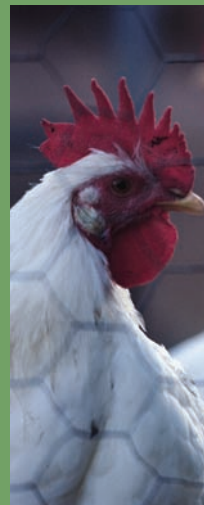
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

- 6 Gilson Ximenes
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops

Mercado & Negócios

- 12 Aquicultura
- 13 Sementes
- 14 Fertilizantes
- 16 Transgênicos
- 17 Cana-de-açúcar
- 18 Abastecimento

Especial Café

Caminhos para a sustentabilidade

Agroenergia

- 20 Etanol

Gestão

- 22 Ripa
- 24 Qualiagro
- 25 Capacitação

Sustentabilidade

- 26 Mercado de carbono
- 29 Diário de bordo
- 29 Produzir
- 30 Opinião

Abastecimento



Alimentos em alta

Cana-de-açúcar



Mecanização avança

Agroenergia



Desequilíbrio do etanol

Fertilizantes



Mercado no Brasil e no mundo

Gilson Ximenes

Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

Como melhorar a renda do café

da Redação

“QUANTO MAIOR a função social da cafeicultura, maior também é o seu gasto”, diz Gilson Ximenes, que preside pela quarta vez o Conselho Nacional do Café (CNC). Mineiro de Três Pontas, Ximenes diz que todos os produtores estão perdendo dinheiro com o café, embora os agricultores do sul de Minas sejam os mais endividados.

Por quê? “As regiões mais penalizadas são as que geram mais empregos”, explica ele. Segundo Ximenes, isso ficou comprovado por estudo realizado pela Agroconsult sobre as condições de rentabilidade da cafeicultura mineira.

Para melhorar a renda do produtor, Ximenes recomenda não apenas a melhoria da qualidade e a busca de nichos de mercado, como principalmente a verticalização da produção. Ou seja, além de produzir a matéria-prima, o produtor tem de participar da industrialização e do comércio. Este caminho pode ser viabilizado pelas cooperativas.

AGROANALYSIS Qual é a avaliação do CNC sobre os impactos da seca na safra de café a ser colhida em 2008?

XIMENES A seca nas regiões de café foi uma das mais severas das últimas décadas. Além do longo período de ausência de chuvas, as temperaturas elevadas, acima das médias históricas para o período, agravaram a situação. No Espírito Santo, somente a região de produção de arábica vêm recebendo chuvas. A seca continua na região do conillon. As perdas em volume devem ser significativas, porém, neste momento, é difícil quantificar o tamanho da quebra. Isso porque o nosso

parque cafeeiro apresenta grandes diferenças de altitude, qualidade do solo, genética mais ou menos resistente ao déficit hídrico. Ou seja, não existe uma equação científica que possamos aplicar para definir o grau de perdas. Atualmente, muitos agentes estão com a percepção de que as boas chuvas que vêm caindo no cinturão cafeeiro do arábica serão suficientes para garantir uma grande produção. Um dos fatores que colaboram com essa expectativa é o fato de as flores aparecerem mais com as plantas desfolhadas, porém somente em janeiro de 2008 poderemos ter um quadro mais claro da situação, após a verificação do nível de pegamento das floradas. As regiões de altitude mais baixa e solo mais arenoso sentiram com mais intensidade os efeitos da seca. Houve mais desfolha das plantas e infestação de pragas.

AGROANALYSIS A seca deverá agravar o endividamento dos produtores, principalmente em Minas Gerais. Quais as medidas defendidas pelo CNC para impedir o aprofundamento da crise no setor?

XIMENES A seca agrava não só o endividamento como a situação econômica do produtor. O CNC vem defendendo uma revisão nas políticas para o setor, que permita aos produtores cumprir os seus compromissos e se manter na atividade. Isso passa inicialmente por uma repactuação das condições de seu passivo. Para o custeio da safra que terminou de ser colhida, estamos pedindo uma reprogramação do vencimento para cinco parcelas anuais, vencendo a primeira 12 meses a partir do

prazo original, pois houve frustração de safra. A situação é prevista no Manual de Crédito Rural. Ainda para as dívidas de curto prazo, reivindicamos uma linha de crédito amparada com recursos de exigibilidade para liquidar as CPRs e outras operações de crédito comercial que foram utilizadas para atividade rural. Já para as dívidas de longo prazo – Securitização, Pesa, Recoop e Alongamento do Funcafé –, solicitamos que as parcelas vencidas sejam atualizadas monetariamente nas condições de normalidade até a repactuação dos contratos. A partir daí, solicitamos a adoção de taxas de juros de 3% ao ano, carência de pagamento até 31 de outubro de 2009 e vencimento final em 2025.

AGROANALYSIS Haverá café suficiente para atender à demanda?

XIMENES Haverá, mas o Brasil não conseguirá manter o desempenho de exportações que alcançou nos últimos anos.

AGROANALYSIS O que os produtores devem fazer para revitalizar suas lavouras?

XIMENES Renovar suas lavouras, erradicando plantas mais velhas e com baixa produtividade. Eles devem trocar por cafeeiros novos, com genética de ponta e capaz de aumentar sua produção, e reduzir a aplicação de defensivos. Além disso, devem intensificar a utilização de podas no conceito de “safra zero”, ou seja, “esqueletamentos” de plantas que eliminam totalmente a produção em um ano, mas rendem o correspondente a duas safras no ano seguinte. Essa técnica reduz enormemente o custo de colheita e o uso de defensivos, mantendo a produtividade média anual da planta. Essas medidas, entretanto, demandam investimentos que não vêm sendo oferecidos aos cafeicultores. Essa será certamente uma das medidas a serem solicitadas pelo Grupo de Trabalho do Endividamento do CDPC, a fim de gerar renda para o setor.

AGROANALYSIS Como está a rentabilidade dos produtores de café?



“Precisamos dar uma solução para o endividamento que vem sufocando os produtores”

XIMENES Os cafeicultores vêm amargando pesados prejuízos nos últimos anos. Temos chamado a atenção do governo e da sociedade sobre isto, mas infelizmente não estávamos sendo compreendidos. De fato, os preços no mercado internacional vêm apresentando bons níveis nos últimos anos, mas a valorização do real ante o dólar faz com que, quando convertidos em moeda nacional, os preços não cubram nossos custos de produção. De outro lado, nosso principal insumo não é “dolarizado”. O custo da mão-de-obra, ao contrário do dólar, vem subindo. As regiões que mais geram empregos são as mais penalizadas. Quanto maior a função social da cafeicultura, maior também é o gasto, o ficou comprovado em um estudo realizado pela Agroconsult sobre as condições de rentabilidade da cafeicultura mineira. Por que escolhemos Minas Gerais? Porque em Minas existem todos os tipos de produção de café arábica usados no Brasil.

AGROANALYSIS O que mostrou o estudo da Agroconsult?

XIMENES A Agroconsult demonstrou que o custo de produção em Minas Gerais atinge patamares bastante elevados.

Com uma produtividade média de 23 sacas por hectare em sistema manual, o café no sul de Minas custa R\$ 342 por saca. Na Zona da Mata, em uma lavoura com produtividade de 25 sacas/ha, o valor aumenta para R\$ 355 enquanto no cerrado mineiro, em condição semimecanizada, o valor cai para R\$ 310. Ou seja, no café todos os produtores estão perdendo dinheiro. O que difere é o tamanho da perda e a capacidade de cada um para financiar o prejuízo.

AGROANALYSIS Quais são as vantagens do Pepro para o mercado de café?

XIMENES O Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) é um instrumento de política agrícola, desenvolvido pelos técnicos do Ministério da Agricultura, com a finalidade de promover uma compensação financeira para os produtores e incentivar o escoamento da produção. No café, foi utilizado pela primeira vez neste ano. A principal vantagem desse mecanismo é que, diferentemente de políticas de enxugamento de oferta, que valorizam os preços no mercado internacional, o Pepro cria um atrativo somente para nossos produtores, não in-

centivando os concorrentes. Assim, promove uma maior competitividade para os nossos cafeicultores. Funciona, ainda, como uma medida compensatória à valorização de nosso câmbio, compensando parcialmente a perda de receitas causada pela queda do dólar.

AGROANALYSIS Como o Brasil pode agregar mais valor ao café?

XIMENES O processo de agregação de valor tem duas vertentes. Em um plano, ele pode melhorar as receitas do País, por meio de uma comercialização cada vez maior de produtos com valor agregado, ou seja, industrializados. É um caminho que o Brasil precisa perseguir para deixar de ser um exportador de *commodities*, de matéria-prima, e se tornar cada vez mais exportador de produtos prontos para os consumidores. Esse papel vem sendo feito pela indústria de solúvel, apesar das dificuldades das barreiras tarifárias que sofre por parte da União Européia. Já no café torrado e moído, a participação no mercado externo é muito pequena. Para mudar o quadro, são necessárias políticas públicas que passem por logística, acesso a mercados via desburocratização dos processos, incentivos, promoção, maior determinação nas negociações nos fóruns internacionais – ingressando com ações se necessário, entre outras medidas. No outro plano vem o produtor. Ele só se beneficia do processo se participar dele. Isso pode se concretizar pela melhoria da qualidade e pela busca de nichos de mercado – o que vem sendo feito –, mas, principalmente, pelo processo de verticalização da produção. Ou seja, além de produzir a matéria-prima, ele tem de industrializá-la e comercializá-la para a rede varejista interna ou externa. Individualmente, o processo é praticamente inviável, com exceção dos grandes cafeicultores ou empresas que produzem o grão. Mas, para 99% dos produtores, esse caminho só se viabiliza por meio das cooperativas. Elas podem e devem buscar essa via pois, melhorando sua performance comercial e, conseqüentemente, seus resultados, ela passa o benefício para os seus donos, os produtores.

AGROANALYSIS O que o produtor deve fazer para melhorar a qualidade do café brasileiro?

XIMENES O café brasileiro vem melhorando sua qualidade ano a ano. A razão é a abertura e a descoberta de mercados que buscam cafés especiais, de alta qualidade e que pagam prêmios sobre eles. O advento do café *espresso* contribuiu muito para isso. A indústria percebeu que, para o bom *espresso*, não basta o bom café, ele tem de ter excelência. Produzir cafés de alta qualidade requer maiores cuidados desde o plantio, quando devem ser escolhidas sementes de cafés que comprovadamente apresentem melhor bebida, até na altitude da lavoura, nas técnicas de colheita, lavagem, separação dos grãos, secagem e beneficiamento. Tudo implica custos mais elevados, o que leva a crer que o incremento da qualidade de nossos cafés será sempre diretamente proporcional à capacidade e à disposição do mercado comprador em pagar prêmios sobre eles.

AGROANALYSIS Quais são as medidas defendidas pelo CNC para incrementar o agronegócio café brasileiro?

XIMENES Primeiro precisamos dar uma solução para o endividamento que vem sufocando os produtores. Na sequência, queremos promover estudos e propostas que visem a garantia de renda, ao pagamento dos compromissos dos produtores e ao desenvolvimento da cafeicultura. Entendemos que essas propostas devem abranger a redução dos custos via diminuição de encargos sociais, financiamentos de investimentos para melhorar o perfil do parque, incremento e difusão de tecnologia para a otimização dos processos de produção, melhoria da gestão de produtores e cooperativas, acesso a mecanismos de mercado que permitam melhor gerenciamento de risco da atividade, incremento de utilização de instrumentos de política agrícola, maior agregação de valor para os produtores pela via da qualidade e da verticalização da produção pelas cooperativas, maior acesso aos mercados consumidores, melhoria de in-

formações estatísticas e de concorrência, entre outras.

AGROANALYSIS Por que a dívida da cafeicultura está concentrada no sul de Minas? Como equacionar o problema?

XIMENES A dívida está mais concentrada no sul de Minas porque é lá que está o maior número de produtores e também onde se concentra a maior parte da produção nacional. A região responde por 50% da produção do estado e 25% da colheita de café do Brasil. São cerca de 300 os municípios sul-mineiros em que o café é a principal atividade econômica e o maior gerador de empregos. O sul de Minas é uma região predominantemente montanhosa, e a produção utilizada é manual. Dessa forma, têm função e responsabilidade sociais enormes. Porém, se formos analisar a inadimplência da cafeicultura no Brasil, proporcionalmente encontramos regiões onde o índice é maior, como no oeste da Bahia. A cafeicultura no sul de Minas faz parte da história da população, sendo que muitos produtores se recusam a trocar de atividade, pois o café faz parte de sua tradição familiar e profissional. São pessoas que não sabem fazer outra coisa que não produzir café. Pelas características de sua topografia, as opções de diversificação para outras atividades são difíceis, poucas são as alternativas e, as que se apresentam, como, por exemplo, fruticultura e reflorestamento, demandam mais investimentos, longo prazo de retorno, conhecimento dos mercados e logística de distribuição. De outro lado, o sul de Minas, apesar das dificuldades, tem vocação para a cultura do café. A altitude favorece a alta qualidade. Temos na região bons solos, bom regime de chuvas no período de formação dos frutos, baixas temperaturas e seca no período da colheita e grande contingente de mão-de-obra. Por essa razão, entendemos que precisamos encontrar soluções que viabilizem economicamente a continuidade da cafeicultura na região.

AGROANALYSIS Qual é o peso do Brasil hoje no mercado internacional de café?

XIMENES Nos últimos anos, o Brasil atingiu níveis de participação correspondentes a 30% do mercado internacional, que, infelizmente, não serão mantidos no próximo biênio em função de todas as dificuldades que já foram expostas. Admitindo-se que o Brasil consiga alcançar a marca acumulada de 50 milhões de sacas exportadas nos anos safra 2007/08 e 2008/09, conseguiremos atingir, no máximo, 26% de participação no mercado mundial. Assim sendo, esse espaço passará a ser ocupado por países como Peru, México, Vietnã, Índia, entre outros.

AGROANALYSIS Como o Brasil pode ganhar com a onda mundial de sustentabilidade?

XIMENES Divulgando o seu sistema de produção, deixando de lado o *marketing* negativo e ressaltando seus pontos fortes. Por exemplo, fala-se que no Brasil existe trabalho escravo. Isto não acontece de maneira nenhuma no café, e mesmo em outras atividades. Esse é um *marketing* negativo. Os Estados Unidos empregam muita mão-de-obra de imigrantes, inclusive brasileiros, que não têm direitos sociais, não têm contrato de trabalho, não têm direito a férias, 13º salário e à indenização quando são demitidos. Alguém fala de trabalho escravo por lá? O Brasil tem leis trabalhistas severas e obrigações na área ambiental que poucos países têm e, seguramente, nenhum de nossos concorrentes têm obrigações parecidas. É um ponto forte a nosso favor, pois nossa cafeicultura respeita os direitos trabalhistas, oferece direitos sociais, recolhe encargos e impostos, é a atividade agropecuária brasileira maior distribuidora de renda, respeita o meio ambiente, além de conservar a fauna e a flora. Temos sustentabilidade social e ambiental, ou seja, estamos garantindo a continuidade da produção futura sob esses dois aspectos. Falta, porém, a sustentabilidade econômica, que é pré-requisito para a continuidade das duas primeiras. Sem uma remuneração condizente, a atividade não terá continuidade para as gerações futuras. ■

Macroeconomia

Política monetária e investimentos

Rogério Mori*

A REUNIÃO do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro decidiu pela manutenção da meta da taxa básica de juros da economia – Selic – em 11,25% ao ano. Essa decisão incorporou os receios do Banco Central de que a inflação futura venha a se mostrar incompatível com as metas estabelecidas. Nesse sentido, as preocupações do Copom sinalizam para um quadro inflacionário incerto, no qual a inflação iria além da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Não sem razão, após essa decisão, as projeções do mercado financeiro já passaram a sinalizar para a manutenção da Selic até o final do ano.

As incertezas com o quadro de inflação ocorrem em um contexto de evolução dos preços relativamente inalterado: de acordo com o IBGE, o IPCA variou 0,30% em outubro, ficando no mesmo nível do verificado em boa parte do ano (vide quadro). O principal aspecto distinto veio do lado das medidas de núcleo de inflação, que registraram valores superiores aos observados nos últimos meses. Mesmo assim, as expectativas de inflação medida pelo IPCA para 2008 mantiveram-se no mesmo patamar, em 4,10%.

Ainda assim, grande parte das incertezas no âmbito econômico brasileiro no que se refere à política monetária parece se voltar para a evolução do ritmo da atividade econômica. Assim, as dúvidas aparentemente expostas pelo Banco Central direcionam para a evolução da demanda agregada e sua compatibilidade com o dinamismo da oferta, sem a formação de pressões inflacionárias significativas que venham a provocar des-

vios na trajetória da inflação em relação às metas estabelecidas.

Nesse contexto, cabe avaliar adequadamente a evolução dos investimentos produtivos ao longo do tempo e questionar acerca da sua trajetória futura. Sob essa perspectiva, a análise do Banco Central, talvez pelo seu contato constante com agentes do mercado financeiro, cujo foco tende a exacerbar o curto prazo, parece perder uma dimensão mais ampla dessa questão no âmbito nacional.

Inflação em 2007 (% ao mês)

	INPC	IPCA
jan	0,49	0,44
fev	0,42	0,44
mar	0,44	0,37
abr	0,26	0,25
mai	0,26	0,28
jun	0,31	0,28
jul	0,32	0,24
ago	0,59	0,47
set	0,18	0,25
out	0,30	0,30
Média	0,36	0,33

Fonte: IBGE Elaboração: FGV-EESP/Cemap

Então, a tendência corrente nos meios econômicos é avaliar a evolução dos investimentos considerando-se o comportamento das variáveis econômicas associadas direta e indiretamente a esse processo em um horizonte de tempo de apenas alguns meses e trimestres. Nesse sentido, representa uma ótima notícia que a produção de bens de capital para os mais variados segmentos da economia

tenha registrado crescimento ao longo dos últimos trimestres e que os patamares de investimentos tenham registrado uma reação positiva ao longo desse período. No entanto, a problemática da economia brasileira no que tange aos investimentos transcende essa relação focada no curto prazo.

Aos poucos, o País vai descobrindo que existem setores que demandam investimentos pesados e de longa maturação, em que a solução não se dá em pouco tempo. O setor de infra-estrutura é o caso clássico desse tipo de setor. Ao longo dos últimos meses, o Brasil vem enfrentando uma série de problemas ligados a aeroportos, estradas, energia etc. Esses problemas, à primeira vista, podem parecer ter diferentes origens, mas, na verdade, têm uma raiz comum, associada à ausência de investimentos nos referidos setores nas últimas décadas que viabilizassem a expansão dos demais setores da economia sem o risco da formação de gargalos significativos. Em 2001, o Brasil teve seu primeiro grande alerta, de forma dramática, com a crise do “apagão” de energia elétrica. Ao longo dos últimos meses, o País tem enfrentado “apagões” ou “semi-apagões” em vários segmentos, apontando a necessidade urgente de investimentos e sua modernização.

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi uma tentativa de resposta a esses problemas, mas a solução não vem tão rapidamente, pois a necessidade de investimentos é grande e leva tempo para sua concretização e para que seus efeitos sejam perceptíveis sobre o conjunto da economia.

Focando esses aspectos com a política monetária e indo além do lugar comum da análise de curto prazo das informações, as indicações são, de fato, de que o ritmo de expansão da demanda agregada talvez tenha de ser mais lento e moderado ante os riscos impostos pela realidade de uma carência de investimentos de muitos décadas. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

TRIGO IMPORTADO



Quase 18% do valor das importações do agronegócio brasileiro foram consumidos com o trigo. O produto liderou o ranking das importações com US\$ 1,216 bilhão no período janeiro a outubro, 52,7% a mais do que foi importado nos primeiros dez meses de 2006. Também merece destaque o crescimento de 57,8% nas importações de arroz (de US\$ 121 milhões para US\$ 192 milhões).

Boa para fritura

A Embrapa lançou a BRS Ana, uma variedade de batata que apresenta bom desempenho para fritura. É uma boa opção não apenas para as indústrias de processamento, que produzem batata palito e chips, como também para os consumidores.

ADUBANDO MAIS

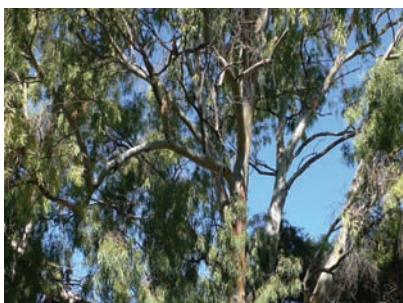
O consumo de fertilizantes no Brasil deve bater novo recorde em 2008. A projeção da Agroconsult é de 25,5 milhões de toneladas, 5,2% mais que o volume deste ano (24,2 milhões). Só a soja deve consumir 8,4 milhões de toneladas de adubo. Mais 3,7 milhões de toneladas serão aplicados nos canaviais. “A cana está invadindo as áreas de pastagem degradadas do cerrado, o que exige mais adubo”, explica André Pessoa, diretor da Agroconsult.

Canas novas

O CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) lançou seis novos cultivares de cana-de-açúcar. As variedades compõem a terceira geração de variedades CTC. As vantagens da nova geração são a adaptabilidade a diferentes ambientes de produção e à colheita mecanizada, além de ganhos em produtividade e elevados teores de sacarose.

MAIS COURO

Até outubro último, a receita com as exportações brasileiras somou US\$ 1,82 bilhão, 20,5% a mais do que a obtida em igual período de 2006. O Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil estima que as vendas externas de peças devam ultrapassar US\$ 2,2 bilhões este ano.



PAPEL E CELULOSE

Apesar do câmbio desvalorizado, as exportações de celulose e papel cresceram. Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), entre janeiro e setembro a indústria do setor exportou US\$ 3,45 bilhões, 15,9% a mais do que no mesmo período de 2006.

Avanço dos transgênicos

O cultivo de plantas transgênicas cresceu 77% em relação ao ano passado nos países da União Européia. As lavouras transgênicas alcançaram 110 mil hectares este ano, contra 62 mil hectares em 2006. As informações são do Isaaa (Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia).

Em expansão

A Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora Alimentos) anunciou a construção de duas novas unidades de abate e processamento de aves. O investimento será de R\$ 800 milhões de reais. As plantas serão instaladas em Canoinhas, em Santa Catarina, e Carazinho, no Rio Grande do Sul. Cada uma delas abaterá 300 mil aves por dia e gerará 3.200 empregos diretos.

ESCASSEZ À VISTA?

“O cenário global sinaliza que estamos nos movendo de um período de oferta abundante para outro, em que os alimentos terão oferta menor”

Henry Fell, presidente do Grupo de Agricultores Comerciais do Reino Unido, em entrevista ao jornal britânico Financial Times em 6 de novembro de 2007.

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

VALTRA NA COLHEITA



A Valtra do Brasil, um das líderes de vendas de tratores no País, anunciou no final de outubro o seu ingresso no mercado de colheitadeiras. A empresa lançou os modelos BC 4500 e BC 7500, voltados à cultura de grãos. O projeto, que consumiu investimento de US\$ 5 milhões, vai gerar cerca de 150 empregos diretos na fábrica da AGCO, em Santa Rosa (RS). Werner Santos, vice-presidente de Operações da AGCO para América do Sul, espera que a Valtra atinja uma participação de 5% no mercado de colheitadeiras até o final de 2008. Os modelos Valtra aumentaram em 20% na capacidade instalada da unidade de Santa Rosa, que passou a 2.500 colheitadeiras por ano. A planta de Santa Rosa produz colheitadeiras para as marcas Massey Ferguson, Allis e Challenger.

Show do leite

A Feira Internacional da Cadeia Produtiva do Leite (Feileite), realizada entre os dias 30 de outubro e 3 de novembro em São Paulo, contou com a presença de 84 empresas e recebeu mais de 15 mil visitantes. Os negócios somaram R\$ 6 milhões. No pavilhão do Agrocentro foram expostos 1.100 animais de gado Holandês, Gir Leiteiro, Girolando, Jersey, Simental, Guzerá e Pardo Suíço, além de 100 ovinos das raças Santa Inês, Dorper e Bôer e 100 caprinos Saanen, Alpina, Toggenburg e Anglo Nubiana.

Mercado de carbono

Convênio assinado entre a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o governo do Japão prevê verba de US\$ 1 milhão para o desenvolvimento do mercado de carbono no Brasil. O acordo, com aval do Banco Mundial, tem a participação da Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F). O dinheiro será investido em estudos sobre a estruturação e implementação do mercado. Segundo projeções do Banco Mundial, o Brasil tem potencial para conquistar cerca de 10% no mercado mundial de carbono, que este ano deve atingir US\$ 1,3 bilhão.

Ranking das máquinas

O mercado brasileiro de máquinas agrícolas continua acelerado. As vendas fecharam outubro com crescimento de 46,3% em relação aos dez primeiros meses do ano passado. Este ano, já foram vendidas no mercado interno 31,9 mil unidades. As exportações registraram crescimento de 18,3% no período, somando 22.480 máquinas.

MARKETING RURAL



Maurício Sampaio foi reeleito presidente da Associação Brasileira de Marketing Rural & Agronegócios (ABMRA) para 2008/2009. Entre os principais projetos de sua gestão estão a implantação da TV ABMRA e a realização anual da mostra de campanhas de marketing, além da atualização da pesquisa sobre comportamento e hábitos de mídia do produtor rural.

Entre os principais projetos de sua gestão estão a implantação da TV ABMRA e a realização anual da mostra de campanhas de marketing, além da atualização da pesquisa sobre comportamento e hábitos de mídia do produtor rural.

VACINAÇÃO RECORDE

395 milhões

de doses de vacina contra febre aftosa serão aplicadas este ano no Brasil em um rebanho estimado em

201,417 milhões

de cabeças, entre bovinos e bubalinos. Os números são do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Aquicultura

Todo dia é dia de peixe

A SECRETARIA Especial de Aquicultura e Pesca, durante a quarta edição da Semana do Peixe, entre 17 e 22 de setembro, em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), lançou campanha para estimular o consumo de pescado no Brasil, bem abaixo da média mundial.

O consumo de pescados no Brasil é muito regionalizado. A região amazônica apresenta o maior consumo *per capita*, acima de 30 kg/hab/ano. Nas cidades de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e no estado de Santa Catarina, o consumo é também mais elevado, estando em torno de 20 kg/hab/ano. Esses números contrastam com os de estados como Minas Gerais, Piauí e Tocantins, onde o consumo médio da população não chega a 5 kg/hab/ano. Também observa-se que o consumo de pescado nos estados de menor renda *per capita* aproxima-se da sua produção *per capita* não havendo assim grande entrada de pescados nestes estados.

A principal razão do baixo consumo dessa proteína animal no País, além da falta de costume e de informações, é o seu elevado preço quando comparado a suas substitutas próximas, quais sejam: a carne

bovina, a suína e a de aves. Há uma grande carência de instrumentos de *marketing* e difusão de informações sobre o produto e a indústria, além de a produção nacional ser muito aquém de suas possibilidades.

Há descontinuidade entre captura e venda da produção devido à desorganização estrutural do setor. A comercialização é o elo mais complexo da cadeia produtiva, pois aí o preço pode sofrer acréscimo “astronômico” até o produto chegar ao consumidor final. A melhor organização da comercialização, com a redução ou eliminação da intermediação, irá beneficiar os produtores com melhores cotações para os seus produtos, garantir preços mais acessíveis aos consumidores, melhorar sobremaneira a qualidade do pescado ofertado.

Um fato importante constitui os investimentos no entreposto de comercialização de pescado em São Paulo, o maior da América Latina, e também em mercados de peixe. A expectativa é que a Ceagesp chegue ao fim de 2007 com seu setor de pescado totalmente reformado e modernizado.

Com R\$ 2,5 milhões investidos pela Seap e pela Ceagesp, devem ser implantados um setor de inspeção primária, com capacidade de inspecionar até dez toneladas de pescados por hora, fábrica de gelo para 80 toneladas/dia, central de filetagem, câmara de coleta de resíduos e um prédio-sede do Serviço de Inspeção Federal (SIF). A obra prevê ainda a melhoria das atuais instalações, com recuperação da pavimentação asfáltica do pátio interno e reforma da estrutura metálica do pátio central.

Como há uma enorme carência de instrumentos de *marketing* e de difusão de informações sobre o produto e a indús-

tria, uma das possibilidades de incremento no consumo é a maior atenção com a imagem do produto, vinculando-a aos benefícios à saúde. Um artigo publicado pela Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, replicado recentemente pela Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), mostra que o consumo de uma ou duas porções por semana de pescado reduz o risco de morte por doenças coronarianas em 36%.

Além disso, os pesquisadores concluíram que o ácido ômega-3 encontrado no pescado pode ajudar o desenvolvimento neurológico e o fortalecimento do tecido cerebral em crianças. Outro estudo da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos mostrou que o pescado é uma excelente fonte de proteínas de alta qualidade, com baixos índices de gordura saturada e rica em nutrientes.

Um bom paradigma a ser seguido pelo Brasil vem da Espanha, onde o consumo anual é de 45 kg *per capita*. No país ibérico, o Fundo de Regulação e Organização do Mercado dos Produtos da Pesca e Cultivos Marinhos (From) foi criado por lei em 1980 e responde ao ministério espanhol de Agricultura, Pesca e Alimentação. O From tem a incumbência de elaborar e desenvolver ações que promovam o consumo de pescado, oferecendo suporte financeiro e técnico a associações, cooperativas e demais empresas do setor. Para tanto, o órgão promove diversas ações, como peças publicitárias, pesquisas nacionais e outras campanhas para assegurar os altos níveis de consumo.

Outro exemplo ocorre no México. Formado em 2003, o Conselho Mexicano de Promoção de Produtos Pesqueiros e Aquícolas (Comepesca) trabalha com uma meta fixa de aumentar o consumo para 12 kg *per capita* ao ano. Composto por empresários do setor, a entidade enfrenta um desafio, já que, nos últimos 12 anos, o consumo de pescado e mariscos naquele país caiu de 12 kg para 6 kg/pessoa/ano. Para cumprir a meta, o conselho investe na campanha Coma Pescados, Camarões e Mariscos de Qualidade, que incluiu a criação de um personagem, o Sr. Pescado. ■

Consumo *per capita* anual das principais proteínas de origem animal (kg/hab)

Carne	Brasil	Mundo
Pescado	6,8	15,6
Bovinos	37,1	7,8
Suínos	12,6	14,1
Aves	31,2	7,4

Fonte: FAO

Sementes

Reorganização no setor

POR MEIO de de parcerias, fusões e aquisições, grandes corporações multinacionais ampliaram as suas participações no mercado brasileiro de sementes. O movimento foi impulsionado pela aprovação da Lei de Proteção de Cultivares. Cerca de 22 empresas nacionais foram vendidas no final da década de noventa.

Depois daquele período, as operações ficaram em segundo plano. Com as últimas deliberações comerciais da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança sobre organismos geneticamente modificados

para o algodão e o milho, os negócios entre as empresas voltaram a aquecer. Neste ano, somente na área de milho, duas empresas nacionais foram compradas: a Agroeste, pela Monsanto e a Agromen, pela Dow Agrosiences.

As pesquisas de mercado sobre tamanho, participação e segmentação do mercado são guardadas a sete chaves pelas empresas. As principais empresas e as suas respectivas participações no mercado nacional são: Dupont/Pionner, de 28% a 33%; Monsanto, de 25% a 30%; Dow Agrosiences, de 15% a 20% e Syngenta, de 10% a 15% e outras de 2% a 7%.

Como o Brasil é o segundo maior produtor de milho e de soja, com amplas perspectivas de crescimento em ambas as culturas, o interesse das empresas pelo negócio de sementes do País é visto como normal. O interesse não era maior devido às questões institucionais ligadas à área de transgenia, que terminaram em grandes batalhas judiciais. Muitos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos deixaram de ser realizados

e a agricultura poderia estar num estágio tecnológico mais avançado, com menores custos de produção.

A falta de regra clara, a informalidade e a ilegalidade, no caso das sementes com OGM, colocam em risco o setor semeador nacional. A pirataria é uma ameaça de desagregamento de um setor de grau de maturidade satisfatório e profissional, com 35 anos de existência. A sua prática impede a continuidade e a viabilidade de qualquer programa de melhoramento.

Existe uma relação direta entre o índice de produtividade e a taxa de uso de sementes legalizadas:

Essas ondas de aquisições não significam uma internacionalização do setor. É muito mais um reorganização da produção com empresas de força global na pesquisa e no *marketing* de sementes. Os investimentos em pesquisas, testes e multiplicação de material são realizados dentro do território nacional. A perspectiva da produção cresce potencialmente com exemplares transgênicos aprovados e em análise na CTNBio.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, por exemplo, até o começo deste semestre, tinha mais de 1.379 contratos de licenciamento para produção e comercialização de sementes com o setor privado. São contratos de parceria com Monsanto, Basf e Dow Agrosiences, sob amparo da Lei de Proteção de Cultivares. Das 42 espécies com cultivares protegidas atualmente, a Embrapa possui 16, com uma média de participação entre as principais espécies de 52%. ■

Brasil: mercado de sementes em 2006

Cultura	Milho	Soja
Produção (mil t)	241,7	873,0
Área plantada (mil ha)	10.379,0	21.417,0
Demanda potencial (mil t)	207,6	1.294,0
Demanda efetiva (mil t)	183,9	712,0

Fonte: Abrasem

Brasil: mercado de semente de soja em 2006

Estado	Uso de acordo com a lei (%)	Produtividade (sacas/ha)
MT	85	44,9
PR	60	39,6
GO	68	42,8
SP	85	39,8
MG	40	39,0
SC	25	40,0
MS	42	38,0
RS	10	32,2

Fontes: Conab e Abrasem

Lei de Proteção de Cultivares

Instituída pela Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, e regulamentada pelo Decreto 2.366, de 5 de novembro do mesmo ano, a Lei de Proteção de Cultivares (LPC), que garante os direitos dos obtentores de novas variedades de vegetais, comemora dez anos de criação.

A LPC também ajudou a consolidar mais uma etapa dos compromissos firmados pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio por meio do Acordo Sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (Adpic ou Trips).

A proteção constitui-se basicamente na outorga de um certificado que reconhece a propriedade intelectual sobre uma nova variedade de vegetal, resultante do trabalho de melhoristas de plantas.

Fertilizantes

Taxas de crescimento no Brasil e no mundo

Evaristo M. Neves¹
Otavio A. Bueno da Fonseca²
Gabriel Rausch³

ESTIMATIVAS da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) sinalizam para 2007 entregas recordes de fertilizantes ao consumidor final, com 24 milhões de toneladas. A quantidade supera em 1,2 milhão o recorde anterior, de 2003. Os indícios estão nas estatísticas de janeiro a setembro dos últimos anos.

O aquecimento na demanda brasileira por fertilizantes deveu-se à intensificação de seu uso na cana-de-açúcar, no milho safrinha e trigo no primeiro semestre de 2007. E, mais recentemente, as compras antecipadas e o maior volume adquirido pelos produtores diante da expectativa de bons preços para a soja, o milho e algodão, com crescimento da área na safra 2007/08.

Internacionalmente, também o aumento do preço de fertilizantes pressiona os custos de produção, com a:

- Maior procura nos principais países consumidores (China, Índia, EUA e Brasil);
- Subida do preço do petróleo.

Na China e Índia, a maior produção de grãos exige uso mais intensivo de fertilizantes. Nos EUA, com a febre do etanol, a área plantada aumentou a demanda por fertilizantes.

Para a Associação Internacional de Indústria de Fertilizantes (IFA):

- Os EUA correm o risco de passar de exportador a importador de fertilizantes;
- O mercado global atinge a mais baixa relação estoque/consumo.

Não obstante, com os 50 projetos de novas plantas de nitrogenados no mun-



do, a capacidade anual de produção até 2001 deve crescer em:

- 15,7% na amônia: de 145,8 milhões para 168,7 milhões de toneladas;
- 22,3% na uréia: de 72,3 milhões para 88,7 milhões toneladas.

Levantamento da Conab para uma cesta de insumos utilizados nas diferentes culturas em diversos estados produtores, para o período de julho 2006 a julho 2007, revela aumento maior de preço em fertilizantes e máquinas, enquanto registrou queda em sementes e defensivos.

Taxa de crescimento

Dois estudos recentes mediram as taxas médias de crescimento anual da demanda por fertilizantes no mundo e nos maiores países em termos de consumo mundial:

- Primeiro: realizado pela FAO (Food and Agriculture Organization), conduzido por Nakano, D.H., Legnaro,

A.G.S.C e Neves, E.M., mediu a taxa média de crescimento anual para o período de 1961 a 2002.

- Segundo: conduzido por Fonseca, O.A.B., Splendore, D. e Neves, E.M. e apoiado em dados obtidos em anuários da Anda, estimou as taxas médias de crescimento anual para o período de 1996 a 2006.

Fertilizantes: estimativas de consumo (milhão de toneladas de nutrientes)

	2007	2008
Mundo	169,7	173,5
China	47,6	48,5
Índia	23,1	24,4
EUA	21,3	21,9
Leste Europeu	14,1	14,9
Brasil	10,3	10,8
Outros	53,3	53,0

Fonte: Agroconsult, outubro 2007

Brasil: estatísticas de fertilizantes de janeiro a setembro (milhões de toneladas)

Ano	Entregas ao consumidor	Produção Nacional de Intermediários	Importação de Intermediários
2004	15,888	7,401	12,151
2005	13,361	6,461	8,783
2006	13,133	6,481	8,514
2007	17,416	7,293	12,778

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda)

Brasil: variação nos preços dos insumos para a agricultura entre julho 2006 a julho 2007 (%)

Insumos	Mato Grosso	Paraná	Rio Grande do Sul	Brasil
Fertilizantes	10,43	12,73	11,02	11,79
Máquinas	-1,05	1,03	1,75	3,78
Sementes	0,60	0,97	2,34	-0,13
Herbicidas	6,40	-7,20	-0,59	-2,88
Fungicidas	-7,93	-4,06	-0,49	-5,57
Inseticidas	-0,62	2,75	-0,23	0,44

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab/MAPA)

Fertilizantes: taxa média de crescimento anual

	1º estudo	2º estudo		2º estudo
Mundo	3,3	0,68	São Paulo	1,27
China	5,2	1,42	Mato Grosso	5,90
Índia	9,1	0,96	Paraná	2,57
Brasil	8,1	3,03	Minas Gerais	2,85
EUA	1,6	-0,12	Rio Grande do Sul	2,92

Fonte: IFA/Agroconsult

O estudo mostra que, em anos recentes, a maior taxa entre os quatro países líderes, em consumo de fertilizantes, realizou-se com o Brasil, devido principalmente a abertura e expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste com grãos, cereais e fibras e intensificação na produção de grãos e cereais na Região Sul do País.

A menor taxa média de crescimento anual obtida pelo estado de São Paulo deveu-se, principalmente, à inexistência potencial de alargamento de sua fronteira agrícola, que ficou dependente de um consumo atrelado às culturas de cana-de-açúcar e laranja, principalmente.

Uma limitação nessas análises é que não se estabeleceram correlações entre o aumento no consumo de fertilizantes com a evolução na área cultivada com os produtos agrícolas, principalmente a soja, o milho e a cana-de-açúcar nesta década.

Porém, as taxas de crescimento obtidas são indicativas do que vem ocorrendo com a demanda por fertilizantes no mundo, nos países líderes no consumo e no Brasil.

Perspectivas futuras

A Agroconsult, com base em estatísticas da IFA, as estimativas de consumo mundial e pelos países líderes para 2007 e 2008. Existe uma competitividade na produção de grãos, fibras e cereais com fins não-alimentícios (energéticos, principalmente). Isso provoca elevação em seus preços internacionais. O resultado é crescimento na área de cultivo, apropriação e recuperação de áreas degradadas. Há maior uso e serviços de fatores de produção, com vista a ganhos em rendimentos culturais (maior produtividade por unidade de área).

O aumento esperado no consumo de fertilizante ocorre na medida em que

China e Índia elevam a demanda por questões de segurança alimentar e os EUA com a preocupação de atender a suas necessidades de produção de etanol via milho, e de grãos para fins alimentícios e exportações.

Para o Brasil, o quadro é de:

- Maior produção de etanol;
- Produções crescentes de grãos, cereais e fibras
- Atender ao mercado interno e geração de divisas.

Tudo isso são fatores indutores para o estimado crescimento na demanda por insumos na agricultura diante do aumento na área de cultivo e na obtenção de maiores rendimentos culturais por unidade de área, desde que os preços internacionais continuem atrativos.

Embora não passem de estimativas, diante do quadro atual de necessidades de produtos da agricultura que atendam à produção de alimentos, de energia e a outros fins, como as exportações, existem alguns pontos fracos no curto prazo que podem prejudicar o desempenho esperado para a agricultura brasileira em 2008.

O Brasil precisa ampliar investimentos nas áreas de produção e logística, para importar e escoar fertilizantes para o interior do País. O atraso em viabilizar projetos nessa área, poderá representar entraves para a expansão agrícola. Quanto aos investimentos no setor produtivo, as empresas que operam aqui têm a possibilidade de aportes para a expansão e aumento da produção de matérias-primas derivadas do nitrogênio e do fosfato. Nas inversões em logística, é preciso melhorar e adequar a capacidade de recepção nos portos, a distribuição, melhoria viária e a armazenagem de produtos. Permanecendo o *status quo*, o Brasil não passará de simples ator coadjuvante num mercado global que já tem a China e a Índia como principais protagonistas. ■

1 Prof. Dr. Depto. Economia Esalq/USP
emneves@esalq.usp.br

2 Graduando Eng. Agrônômica pela Esalq/USP
pingola.esalq@yahoo.com.br

3 Graduando de Eng. Agrônômica pela Esalq/USP
rauschea@gmail.com

Transgênicos

Nova geração do milho

O MERCADO de sementes transgênicas foi sacudido em setembro com a notícia da união de duas gigantes do setor. Dow Chemical e Monsanto anunciaram uma parceria para o desenvolvimento de uma nova geração de milho, que pretende combinar oito genes resistentes a herbicidas e insetos. O lançamento dessa tecnologia está previsto para 2010.

A parceria entre as duas empresas também prevê a troca de informações tecnológicas por dez anos, o que significa a pesquisa e o desenvolvimento conjunto de novas variedades transgênicas.

Atualmente, a norte-americana Monsanto lidera o mercado mundial de OGMs, seguida da Syngenta (suíça) e da DuPont/Pioneer (EUA). Hoje, a pesquisa de biotecnologia para aplicação na agricultura está concentrada na iniciativa privada. Monsanto, DuPont-Pioneer, Bayer-Aventis e Dow respondem por quase 60% dos experimentos.

Os altos custos para o desenvolvimento de uma variedade explicam essa concentração. As empresas gastam entre seis e 12 anos para lançar uma nova semente. Do laboratório ao campo, a criação de um OGM consome entre US\$ 50 milhões e US\$ 300 milhões.

Enquanto a Monsanto e a Dow juntam suas forças, a DuPont-Pioneer prepara uma grande ofensiva mundial. Até 2010, chegam ao campo os novos transgênicos criados pela Pioneer. No catálogo da empresa, destaca-se o *herculex*, gene que combate a lagarta do cartucho, uma das principais pragas do milho.

Novidades

No Brasil, a novidade foi a liberação pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do milho Bt11 da Syngenta, resistente a insetos. Trata-se da terceira aprovação de uma variedade geneticamente modificada de milho. Antes do Bt11, a CTNBio já havia aprovado liberado duas sementes de milho transgênico: o Liberty Link (Bayer) e Guardian (Monsanto).

O Libert Link é resistente ao herbicida glufosinato de amônio, utilizado na pulverização para combater ervas daninhas. O milho transgênico Guardian é resistente a insetos. As variedades transgênicas aprovadas pela CTNBio são cultivadas e consumidas em outros países há mais de uma década. Atualmente, há milho transgênico legalmente aprovado em 14 países.

Embora sejam ainda duramente combatidos pela maioria das organizações não-governamentais que militam na área ecológica, as plantas transgênicas contam com grande aceitação por parte dos produtores rurais.

Entre as vantagens da utilização dessas variedades, os agricultores apontam o maior rendimento por hectare, menor incidência de pragas, redução do número de aplicação de agroquímicos, economia de combustível, baixa incidência de micotoxinas no milho resistente a pragas e o controle de plantas daninhas.

Dados do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (Isaaa) indicam que a área plantada com transgênicos no Brasil cresceu

Ranking dos transgênicos em 2006

Países	Área plantada (milhões ha)
EUA	54,6
Argentina	18,0
Brasil	11,4
Canadá	6,1
Índia	3,8

Fonte: Isaaa

22%, de 2005 para 2006, alcançando 11,5 milhões de hectares. A área cultivada com soja OGM aumentou 2 milhões de hectares, saltando para 11,4 milhões de hectares. O algodão OGM, liberado no país em 2006, cobriu 120 mil hectares.

Na Argentina, a Secretaria da Agricultura aprovou um milho transgênico que é resistente a inseto e pragas e tolerante a herbicidas. O milho, que utiliza a tecnologia *stack*, vai possibilitar a redução das aplicações de inseticidas e herbicidas nas lavouras, facilitando o manejo e favorecendo a preservação ambiental.

Com 18% da superfície global de organismos geneticamente modificados (OGMs), a Argentina é o segundo país produtor de transgênicos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (53%). O Brasil, com 11% do total, ocupa o terceiro lugar.

Na proveta

Nos próximos anos, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) deve lançar no mercado brasileiro plantas transgênicas voltadas ao consumidor, como o arroz enriquecido com vitamina A e o feijão com mais ferro e zinco.

Para os agricultores do Espírito Santo e do sul da Bahia, os pesquisadores da Embrapa prometem um mamão resistente ao vírus da mancha anelar, praga que causa graves prejuízos.

Os pequenos produtores esperam a aprovação do feijão resistente ao vírus do mosaico dourado, praga que em algumas regiões chega a causar quebra de até 50% na produção. ■



ESPECIAL CAFÉ

Caminhos para a sustentabilidade

Se o Brasil sustentar os índices internos de crescimento (3,0%) e mantiver a participação no mercado mundial (30,0%), haverá uma demanda de 53 milhões de sacas de café nos próximos dez anos. O grande fato recente é que a expansão das lojas de café e o crescimento dos cafés especiais compensam o desinteresse dos consumidores pelo café comum. A ampliação dos cafés especiais força uma diversificação da oferta e melhora a qualidade no varejo tradicional.

Diante de um quadro favorável para os próximos anos, Agroanalysis traz um elenco de matérias sobre café. A realidade é oposta ao quadro amargo vivido até 2004, quando o preço rompeu a barreira de US\$ 100 a saca. A tendência de crescimento do consumo não mostra sinais de reversão. As exportações seguem firmes, seja em termos quantitativos como em valor.

Existem duas questões delicadas e de muita preocupação: o câmbio valorizado e a dívida pendente no setor produtivo.

O desafio será desenvolver o conceito da sustentabilidade e suas implicações com o meio ambiente e a responsabilidade social. Se o movimento internacional em torno das certificações e normas ganha cada vez mais força, a cadeia produtiva interna tem capacidade para superar essa tendência e prosseguir na liderança do ranking mundial na produção e exportação.

Análise

Melhorar a gestão para reduzir risco E2

Competitividade sustentável e renda ao produtor E3

Café e responsabilidade social E4

CONJUNTURA

Ajustes e caminhos abertos E5

CRONOLOGIA 2006

Oxigênio depois da crise E6

SAFRA 2007/08

Produção e estoques E8

CRISE

Câmbio penaliza renda E9

COMERCIALIZAÇÃO E10

Aplicação do Pepro E10

MINAS GERAIS

Perfil do endividamento e capacidade de pagamento E11

CONSUMO

Metade da safra fica no País E13

SUSTENTABILIDADE

Certificações no café E15

Políticas para o setor E17

Agenda de compromissos E17

OPINIÃO

O cafeicultor ainda não foi recompensado por sua eficiência E18

PESQUISA

Avaliação do desempenho do Funcafé e do CDPC (2006) E19

Análise

Melhorar a gestão para reduzir risco



Breno Mesquita

APÓS UMA seca prolongada nas principais regiões produtoras do País, a cafeicultura brasileira vive a expectativa de melhora das condições climáticas para garantir uma boa floração e, em seguida, aguardar que as flores vingam. Além disso, os cafeicultores estão sempre atentos aos preços praticados nos mercados nacional e internacional. Nesse sentido, é importante observar que, entre janeiro e o início de novembro deste ano, o mercado brasileiro do café arábica apresentou um recuo de 16,3%. A taxa de câmbio teve, no mesmo período, valorizações contínuas, prejudicando a receita obtida com a venda do produto no mercado internacional.

De outro lado, as exportações brasileiras desde 2001 até 2006 tiveram aumentos anuais consecutivos em valores (US\$), fechan-

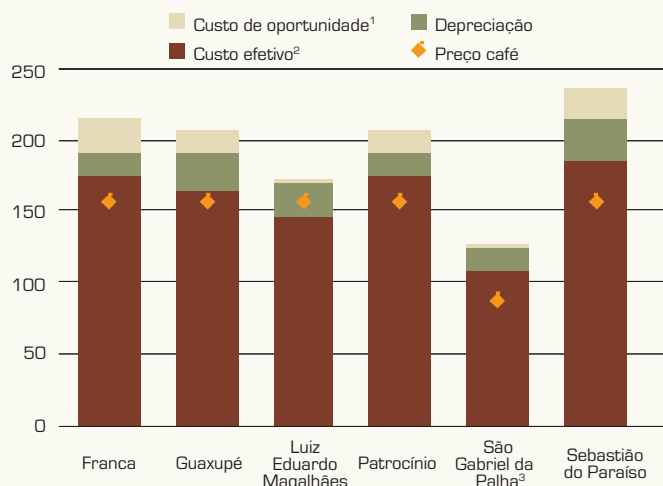
do o acumulado dos seis anos com aumento de 137%. Em quantidade (t), no mesmo período, o aumento não foi tão expressivo, chegando a apenas 17%. Já em 2007 (até outubro), as exportações apresentaram recuos tanto em quantidade quanto em valor. O bom desempenho da balança comercial cafeeira não espelha a realidade da grande maioria do setor produtivo brasileiro, sendo que, no final, o produtor rural pouco recebe esses benefícios.

A diversidade e complexidade do parque cafeeiro brasileiro exigem que o setor se volte para os desafios que ultrapassam as preocupações climáticas e de mercado. O produtor rural, por exemplo, mesmo diante da melhora das exportações, que não necessariamente chega até essa ponta do setor, deverá buscar alternativas que minimizem os riscos recorrentes na atividade.

A gestão do custo de produção dá suporte ao produtor para tomada de decisão em diversos aspectos, tais como investimento, avaliação da viabilidade de aplicação de novas tecnologias, comercialização do café, avaliação da viabilidade da atividade no curto, médio e longo prazo, renegociação de dívidas, recurso para garantir preços coerentes com os custos do setor, entre outros.

Nesse contexto, ao considerar o preço mínimo determinado pelo governo e avaliar o custo de produção da atividade (Conab/2006), verifica-se que o cafeicultor, no ano de 2006, em diversas regiões do País, não conseguiu arcar com o desembolso efetivo da atividade, prejudicando então a viabilidade econômica até mesmo no curto prazo. Nesse caso, as dívidas foram maximizadas e a capacidade de investimento nos cafezais foi reduzida.

Custo de produção do café arábica em 2006 (R\$ por saca)

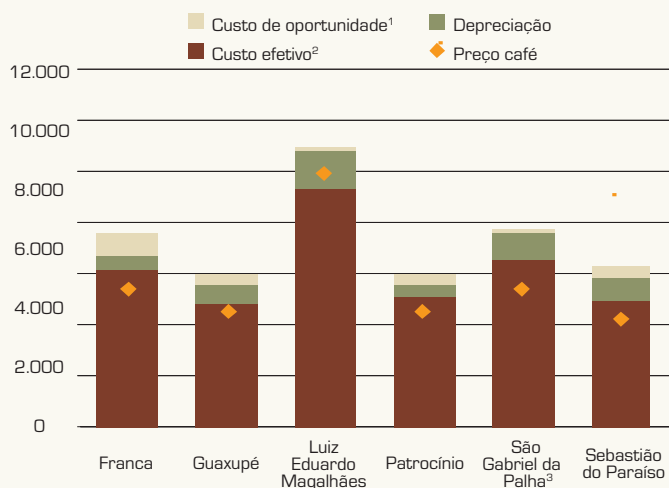


1 Custo de oportunidade: representa o valor associado a melhor escolha entre duas alternativas (o que as demais atividades, opções de aplicação de dinheiro, terra e mão-de-obra, poderiam render ao invés da atividade atual, no caso o café)

2 Custo efetivo: é o total dos custos variáveis e fixos

3 Café conilon

Custo de produção do café arábica em 2006 (R\$ por ha)



1 Custo de oportunidade: representa o valor associado a melhor escolha entre duas alternativas (o que as demais atividades, opções de aplicação de dinheiro, terra e mão-de-obra, poderiam render ao invés da atividade atual, no caso o café)

2 Custo efetivo: é o total dos custos variáveis e fixos

3 Café conilon

Sendo uma cultura de base exportadora, o empresário rural fica fortemente exposto às oscilações cambiais. Os fundamentos da economia brasileira não sinalizam uma desvalorização da moeda brasileira ante o dólar. Portanto, é o momento dos agentes do sistema agroindustrial do café voltarem suas atenções para a redução dos custos setoriais. Nesse sentido, a Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem acompanhando com os produtores o custo de produção na atividade nas principais regiões produtoras do

País. O objetivo é melhorar a gestão empresarial dos produtores e, com isso, minimizar os riscos.

Breno Mesquita é presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Competitividade sustentável e renda ao produtor



Manoel Vicente F. Bertone

A CAFEICULTURA brasileira tem apresentado uma excelente performance ao longo dos últimos anos. Consumo interno crescendo em níveis superiores ao de outros produtos de consumo e exportações em ótimo volume, apesar da baixa produção de 2007. Isso se deve à competente organização do setor que, hoje, conta com os elos da cadeia produtiva fortalecidos por entidades eficientes, unidas na formulação de políticas públicas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

A dedicação e o empenho dos produtores, hoje uma classe fortemente organizada em cooperativas, sindicatos, associações, federações e confederação. Estas entidades organizam seminários, difundem tecnologia e promovem sistema de compras que permite redução de custos. Elas esclarecem sobre condições de mercado, permitem mecanismos modernos de comercialização e formação de preços, e assim fortalecem os produtores tanto economicamente quanto politicamente.

Mas o momento atual requer muita atenção e cuidado. A competitividade e a sustentabilidade da produção têm se dado com prejuízo da rentabilidade do cafeicultor, num modelo que privilegiou a manutenção da produção e da oferta por meio de financiamentos de custeio e suas sucessivas prorrogações em detrimento da renda do setor produtivo.

Esse modelo acaba prejudicando o setor no longo prazo, pois permite uma produção não induzida pelos preços e, portanto, so-

mente sustentável pela entrada de novos produtores no mercado, que substituam os anteriores acreditando no seu investimento e na sua “maior competência”, e devido aos subsídios governamentais consubstanciados numa dívida eternamente prorrogada.

Tal sistema encontra-se exaurido, necessitando de alternativas que se mostram ainda mais prementes dada a interminável valorização do real, fomentada tanto pela depreciação do dólar em termos internacionais quanto por uma política interna de juros que, se de um lado apresenta inegável resultado macroeconômico, de outro contribui também para o aumento de custos do setor produtivo.

O CDPC deu um primeiro e muito importante passo. Aprovou um orçamento que prevê forte alocação de recursos em mecanismos importantes para indução do mercado, tais como o Pepro, o programa de opções públicas, e elevado volume de financiamento. Esses programas permitem a eventual compra de estoques (por meio das opções), subsídios diretos aos produtores (Pepro), financiamentos dirigidos a políticas específicas, como custeio e investimento, além dos necessários investimentos em *marketing* e pesquisa.

Transformar esses mecanismos em políticas que induzam à melhoria de renda, sem a qual a produção não é sustentável do ponto de vista do produtor, é o desafio do Conselho Deliberativo da Política do Café, órgão do qual a Secretaria de Produção e Agroenergia é agente executivo.

Manoel Vicente F. Bertone é secretário de Produção e Agroenergia

Café e responsabilidade social



Silas Brasileiro

A IMPORTÂNCIA social da cafeicultura no Brasil é indiscutível. Formada principalmente por produtores pequenos e médios, a produção se distribui por diversas regiões, nas quais é fator de desenvolvimento regional, geração de empregos e renda bem distribuída.

Nessas regiões, quando o café vai bem, tudo vai bem e, ao contrário, quando o café vai mal, tudo acaba indo mal. Quando o café vai mal, custos sociais antes supridos pela atividade passam a ter de ser supridos por estados e municípios. Seguro- desemprego, necessidade de distribuição de cestas básicas, superlotação de centros de saúde devido principalmente à alimentação insuficiente. Os municípios acabam arcando com despesas para as quais não possui receita suficiente.

A renda do cafeicultor movimenta o comércio e a indústria, prestadores de serviços são mais bem remunerados, a economia regional ganha impulso e seu efeito multiplicador gera bem-estar para a população em geral.

O governo do presidente Lula vem dispensando uma atenção especial para os setores agrícolas, cuja dívida vem sendo analisada juntamente com o Congresso Nacional em busca de uma solução definitiva. Agora, o País abre seus olhos para a cafeicultura, um dos setores da economia que sofre grande impacto com a valorização do real, por ser fundamentalmente exportador.

Em consonância com a política social dirigida pelo Palácio do Planalto, o ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento Reinhold Stephanes tem se esforçado pela implementação de programas que possam proporcionar ao cafeicultor renda compatível com os custos de produção e os investimentos efetuados.

Assim, da mesma forma que para outros setores agrícolas, foi implementado já nesta safra de 2007 o Pepro para o café, programa que visa a suplementar o preço para produtores que comercializarem sua produção dentro de determinadas condições. Trata-se de um programa que, no caso do café, atende principalmente aos pequenos e médios produtores, estando limitado a 300 sacas por produtor, e que visa a dar fluxo à safra, ou seja, trata-se de um incentivo para que o produtor não segure sua safra esperando melhores preços nem recorra a financiamentos para esse fim, recebendo para isso um adicional de preço.

Tendo em vista o inegável sucesso dessa primeira iniciativa, e seu profundo caráter social, o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) aprovou para o próximo ano a aplicação de R\$ 300 milhões para esse fim, com recursos do Funcafé. Na mesma linha de se buscar maior renda para o produtor, num momento em que os preços sofrem o impacto da valorização de nossa moeda e a produção os efeitos de uma seca, o CDPC aprovou também R\$ 750 milhões para um programa de opções públicas que nos permitirão administrar o fluxo de oferta, balanceando-a entre as próximas duas safras.

Esses programas demonstram bem que o governo federal buscará, em suas políticas públicas, fazer com que a cafeicultura possa arcar com suas responsabilidades sociais, ao mesmo tempo em que abastece o mercado interno e continue gerando importantes divisas para o Brasil.

Silas Brasileiro é secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

CONJUNTURA

Ajustes e caminhos abertos

PLANTA DA família rubiácea, originária da Etiópia, utilizada e disseminada mundo afora como bebida pelos povos árabes. Isso explica o nome da principal variedade (*Coffea arabica*), a mais consumida na forma direta. Já a variedade robusta ou *conillon* (*Coffea canephora*), com elevado teor de cafeína, é mais utilizada na formação de *blends* e na indústria de solúvel, segmento que utiliza mais de 25 milhões de sacas.

Há 280 anos chegavam ao Brasil as primeiras mudas de café trazidas da Guiana Francesa por Francisco de Mello Palheta. Desde então, o precioso grão passou a despertar interesse. Para o desenvolvimento nacional deu grande contribuição ao bancar o início da industrialização. Promoveu a interiorização, sobretudo com a construção das ferrovias para viabilizar seu transporte até os principais portos.

Por muito tempo, a rubiácea foi o item mais importante no comércio externo brasileiro. Com o tempo, o País passou a ser o principal produtor mundial. Atualmente, é responsável por cerca de 30% do mercado. É o segundo maior consumidor, superado apenas pelos Estados Unidos. Mas o consumo *per capita* é baixo diante de outros países, sobretudo aqueles de regiões frias.

Os cenários da cafeicultura apontam o potencial brasileiro para manter a liderança global ante o aumento estimado da demanda de 146 milhões de sacas para os próximos dez anos.

O Brasil é detentor de uma pesquisa cafeeira dinâmica e de organizações políticas pluralistas e descentralizadas, mas defronta-se com limitações focadas na quase sempre:

- Valorização do câmbio;
- Aumento desequilibrado dos custos de produção;
- Fraca atenção à gestão da propriedade;
- Baixo investimento em agregação de valor ao produto.

A conjuntura do agronegócio café, caracterizado por baixos estoques e participação no mercado mundial ao redor de 30%, exigirá do Brasil produções médias entre 55 e 60 milhões de sacas. Este aumento deverá decorrer principalmente da melhora da produtividade.

Alguns fatores afetam a competitividade e merecem discussão na cadeia produtiva do café. Uma baixa nos custos de fertilizantes e defensivos poderia ser conseguida com a redução de impostos. Já os investimentos em difusão e transferência de tecnologia, principalmente a pequenos e médios produtores, são considerados prioritários para melhorar a:

- A gestão administrativa;
- Os mecanismos de comercialização;
- A capacitação dos trabalhadores.

O cafeicultor será cada vez mais exigido quanto à adoção de tecnologias sustentáveis de produção, rastreabilidade dos processos e certificações de que o produto atende às demandas do mercado. A palavra de ordem está na agregação de valor ao café brasileiro e atenção às tendências e oportunidades do mercado.

Pontos de encontro desde os tempos remotos

O termo café é sinônimo de bar ou restaurante. Paris, Viena, Londres e Buenos Aires possuem estabelecimentos centenários, que são pontos obrigatórios para os apreciadores da bebida. Veneza foi o ponto de irradiação da bebida para o mundo, quando os mercadores adquiriam o grão da Turquia e o levavam à Europa lá pelos idos de 1600. A bebida ficou mundialmente apreciada.

Com a aceleração do processo profissional do *espresso* na Itália, a partir da década de 1940, houve uma revitalização das cafeterias. Com moderna apresentação, crescem exponencialmente em todo o mundo. O binômio *espresso*-cafeterias criou a figura do barista, profissional capacitado para a preparação e a decoração da bebida a ser servida, requisitado com o aumento do consumo fora do lar.

Engrossam esse contexto as *coffee shops* e os *snackbars*. Muitas delas se assemelham às redes de *fast food* (McDonald's, Dunkin Donuts e Burger King), pela forma de atendimento e ampla distribuição geográfica. Embora a bebida quente seja o carro-chefe, versões geladas e uma plêiade de produtos (be-

bidas variadas e comidas) são oferecidas aos consumidores, além da venda de café empacotado (torrado e/ou moído), cafeteiras, louças, CDs/DVDs etc.

O ano de 2006 será lembrado como o marco da inserção oficial do Brasil no rol de países consumidores de cafés finos, com a inauguração da Starbucks, presente em 37 países com mais de 13 mil pontos de atendimento – inclusive na China –, embora já existissem cafeterias bem qualificadas por aqui, caso da Café do Ponto, primeira rede do país, hoje de propriedade da Fran's Café e da Rei do Mate, entre outras, com operações no sistema de franquias.

Depois de um período de ostracismo e estagnação, a economia cafeeira vive uma fase de euforia por conta de produtos valorizados pela qualidade nos mercados interno e externo.

Onde saber mais
Cafés e Cafeterias

Sebastião Nogueira Junior
Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola - IEA

CRONOLOGIA 2006

Oxigênio depois da crise

O BALANÇO das ações do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), administrado pela Embrapa Café, revela o amadurecimento do setor de pesquisa, mais participativo e integrado aos demais elos da cadeia produtiva.

Diante dos novos paradigmas do mercado, as exigências dos consumidores e a velocidade da informação, as instituições precisam modernizar a sua comunicação com o público de referência, para facilitar a transferência de conhecimento e a adoção de novas tecnologias sugeridas pela pesquisa. Veja o mundo da pesquisa em 2006.

Janeiro CBP&D/Café anuncia participação na rede de negócios, colaboração e conhecimento, denominada Peabirus. A rede estruturada pelo Conselho Nacional do Café (CNC) objetiva integrar virtualmente as instituições de pesquisa, cooperativas e outros segmentos da cadeia.

Fevereiro CBP&D/Café acompanha as primeiras iniciativas dos países consumidores para valorizar os cafés certificados do Brasil, por meio de parceria entre o Centro de Café Alcides Carvalho do Instituto Agrônomo (IAC) com representantes da Consumers International (CI), com a apresentação à Organização Internacional do Café (OIC) de sugestões para os governos, varejistas e a indústria de café apoiarem a demanda crescente de cafés certificados.

Março A Embrapa Café disponibiliza para os participantes do CBP&D/Café, o Sisgap (Sistema de Gestão Administrativa do Programa Café). Trata-se de uma ferramenta para facilitar a troca de informações entre pesquisadores, administradores e gestores do PNP&D/Café. O sistema torna mais transparente o planeja-

mento, a coordenação e a supervisão dos processos de seleção, coleta, aquisição, registro, armazenamento, processamento, recuperação, análise, difusão de dados e geração de informações.

Abril A Embrapa e o Instituto do Coração (InCor) oficializam parceria durante a 5ª edição da Exposição de Tecnologia Agropecuária Ciência para a Vida, para avaliar os efeitos do café sobre as doenças do coração e confirmar os efeitos benéficos das substâncias presentes na bebida.

Pesquisa desenvolvida no CBP&D/Café possibilita a adaptação do processo de pervaporação para obter e recuperar o aroma da bebida. Sem utilizar solvente, o sistema não deixa resíduos tóxicos no produto.

Maior A Embrapa Café, por maio dos pesquisadores do CBP&D/Café, incentiva produtores de Alto Paraíso de Goiás (GO), santuário goiano da ecologia, a aderirem ao atrativo mercado dos cafés orgânicos, como forma de efetivar o desenvolvimento sustentável da região.

Belo Horizonte é sede do primeiro *workshop* para a discussão da norma sugerida pela Produção Integrada de Café (PIC), de como gerir a produção a partir de diretrizes técnicas com a finalidade de garantir sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Junho Pesquisa da Embrapa Cerrados demonstra ser possível a aplicação de estresse hídrico controlado, na estação seca do ano, na época certa e com magnitude adequada, para sincronizar o desenvolvimento dos botões florais do cafeeiro.

Julho Com o apoio do CBP&D/Café, foram lançadas as variedades de café:

- Catiguá MG3, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) como opção para o sul de Minas, com resistência à ferrugem alaranjada do cafeeiro e ao nematóide das galhas (*Meloidogyne Exigua Goeldi*).
- IPR 103 pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em Londrina.

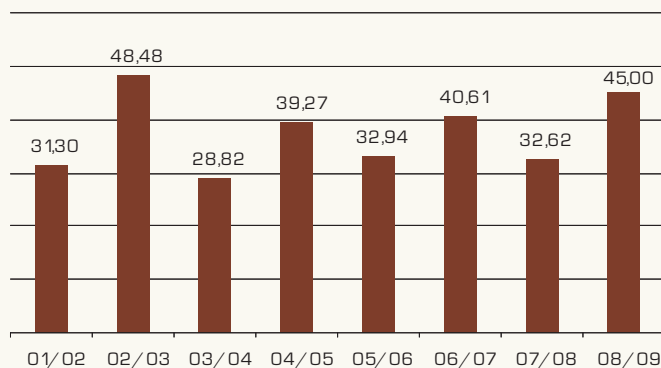
Com o apoio do CBP&D/Café, o café *conillon* é apresentada como alternativa econômica para os municípios da Zona da Mata, com baixas altitudes e temperaturas mais elevadas, inapto ao cultivo do café arábica.

Agosto Pesquisas científicas sobre café passam a ser publicadas pela *Coffe Science*, revista técnico vinculada à Universidade Federal de Lavras (Ufla) e CBP&D/Café.

Setembro Estudo financiado pelo CBP&D/Café sobre Tecnologia do Cereja Descascado (CD) comprova melhorias na bebida, com agregação de valor ao produto, por meio de cuidados no pós-colheita, nas principais regiões produtoras do estado de São Paulo.

Participação brasileira no 21th International Conference on Coffee Science, organizada pela International Association on Coffee

Brasil: produção de café (milhões de sacas)



Fonte: USDA

Science (Asic) na França, reforça a importância do País não só como líder em produção e exportação, mas também como gerador de pesquisas importantes para o fortalecimento do agronegócio café no mundo. O Brasil será sede da próxima conferência, em 2008.

Outubro Aprovadas duas propostas brasileiras do CBP&D/Café, na reunião da Organização Internacional do Café (OIC), para o Programa de Atividades da OIC no biênio 2006/07, incluindo iniciativas para o desenvolvimento sustentável da cafeicultura.

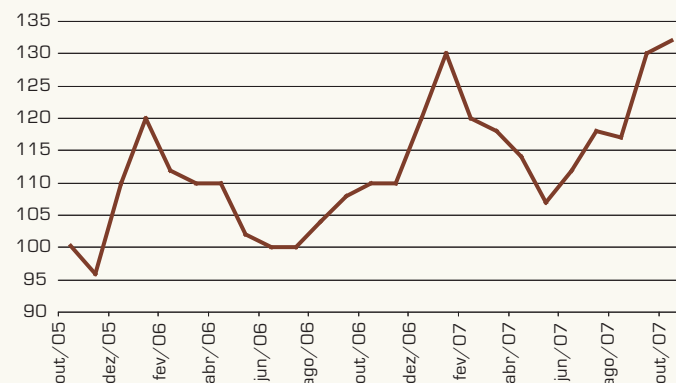
Novembro Como parte do Programa de Transferência de Tecnologia do CBP&D/Café, o tema “arborização em cafezais” é debatido no 3º Simpósio Internacional de Café, realizado pelo Centro de Café Alcides Carvalho, no Instituto Agrônômico (IAC), como alternativa para preservar e equilibrar o sistema produtivo e não somente a obtenção de altas produções sem sustentabilidade.

Setores da produção, exportação e indústria discutem na sede do Sindicato das Indústrias de Café do Estado (Sindicafé), em São Paulo, o projeto Código Comum para a Comunidade Cafeeira, iniciativa alemã conhecida pela sigla 4C, para ampliar a oferta de café verde no mercado comum produzido com critérios de sustentabilidade.

Frustração das floradas e a baixa frutificação causam apreensão nas principais regiões cafeeiras do Brasil, pois representam quebra ainda maior na próxima safra, reduzida naturalmente pela bienalidade de altas produções.

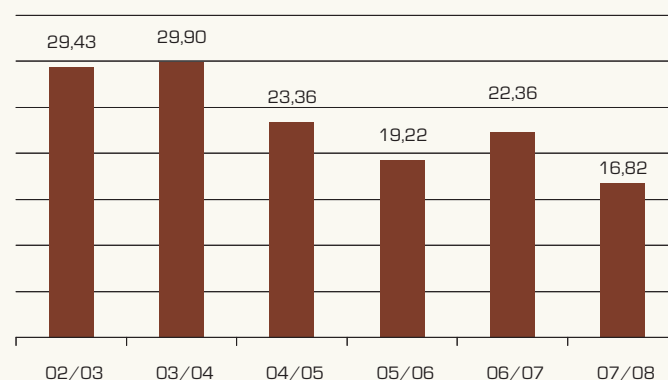
Dezembro O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), uma das instituições fundado-

Mercado internacional de café – Bolsa de Nova York (US\$ por tonelada)



Fonte: USDA

Mundo: estoques de café (milhões de sacas)



A volta da rentabilidade

Com a escalada dos preços do café no mercado internacional, principalmente, a partir do segundo semestre de 2005, diante da expectativa de uma produção brasileira menor no ciclo 2005/06, os produtores tiveram um ganho real médio, que prosseguiu na safra 2007/08.

Mas a alta dos preços ainda é insuficiente para remunerar os cafeicultores e trazer-lhes tranquilidade. Houve aumento no custo de produção, com maiores dispêndios em adubos e em defensivos agrícolas. A cafeicultura ainda não recuperou o prejuízo acumulado no fim da década de 1990 até 2004, quando os preços estavam desvalorizados ante o desequilíbrio entre a oferta e a demanda.

Em 2006, para ser remunerador, o preço do café arábica deveria ficar em um patamar superior a R\$ 250,00 a saca, mas situou-se na média de R\$ 220,00. Quem vendeu café no fim do ano teve uma rentabilidade melhor. A saca de café arábica iniciou o ano a R\$ 220,00 e fechou a R\$ 290. Já o custo oscilou de R\$ 170,00 a R\$ 190,00 a saca.

O exercício de 2006 foi o primeiro ano que o produtor vendeu a mercadoria por um preço maior que o custo depois da crise. Nos quatro anos anteriores o produtor trabalhava sem cobrir os custos.

Na safra 2006/07, os preços mínimos de R\$ 157,00 a saca

para o café arábica e de R\$ 89,00 a saca para o café robusta, foram os mesmos vigentes na safra 2005/06.

Ainda em 2006, o Departamento de Café (Decaf), do MAPA, por meio do Funcafé, disponibilizou pouco mais de R\$ 1,578 bilhão para o financiamento da produção, industrialização e comercialização de café. Cerca de R\$ 1,3 bilhão foi principalmente para estocagem. Quando se somam às Cédulas de Produto Rural (CPRs), os recursos provenientes do crédito rural totalizaram mais de R\$ 2,5 bilhões.

Para facilitar as operações Funcafé, no começo deste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os recursos para as linhas de crédito de custeio, colheita, estocagem e Financiamento para Aquisição de Café (FAC). Com isso, o MAPA e Ministério da Fazenda poderão alocar e remanejar o montante destinado a essas quatro linhas previstas no orçamento de 2007, de R\$ 2,1 bilhões.

Para 2008, a proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso será de R\$ 2,56 bilhões. Esse incremento é uma adequação da safra bianual, que tende a ser maior no próximo ano, apesar dos acidentes climáticos. A expectativa para os preços da commodity é de continuarem elevados, pois os estoques mundiais continuam baixos e o consumo permanece em alta.

ras do CBP&D/Café, completa 50 anos de contribuições para a agricultura.

Projeto do CBP&D/Café – Propriedades Físicas e Geotécnicas de um Latossolo Vermelho-Amarelo Cultivado com Cafeeiro –, desenvolvido pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), chama a atenção da classe acadêmica para a sustentabilidade da cafeicultura.

SAFRA 2007/08

Produção e estoques

A SAFRA de café 2007/08 alcançou 32,6 milhões de sacas de 60 quilos, segundo a Conab. Desse volume, 22,5 milhões de sacas (69%) são da variedade arábica e 10,1 milhões de sacas (31%) do tipo robusta/*conilon*.

Os números constam do terceiro levantamento da produção de café 2007/08. A estimativa de 32,6 milhões de sacas é 1,7% superior à pesquisa de abril deste ano e 23,3% menor que a safra passada, de 42,5 milhões de sacas. A diferença deve-se à:

- Bianaualidade negativa da cultura (uma safra maior num ano e menor no outro),
- Estiagem ocorrida no período de floração;
- Excesso de chuvas entre dezembro e janeiro;
- Aparecimento de pragas e doenças nos cafezais.

Minas Gerais segue como o maior produtor de café, com 14,8 milhões de sacas, o equivalente a 45,3% do total do País. O estado também é responsável pela maior parte da produção de café arábica. Em segundo lugar aparece o Espírito Santo, com 9,5 milhões de sacas, correspondendo a 29,2% da safra brasileira. O território capixaba é o maior plantador do tipo robusta.

Balanço de oferta e demanda na safra 2007/08 (milhões de sacas)

Colheita	32,6
Estoque	
Privado	7,0
Governo	1,5
Total	8,5
Disponibilidade	42,1
Consumo	17,4
Exportação	28,0
Saldo	(3,3)

Estimativa da Safra 2007/2008

3ª previsão da safra brasileira de café
2007/2008 (ago/07, em milhares de sacas)

UF/região	Produção (mil sacas beneficiadas)			Produtividade (sacas/ha)
	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	14.753	36	14.789	14,57
MG-sul/oeste	6.302	-	6.302	12,47
MG-Triângulo/Paranaíba	3.038	-	3.038	19,56
MG-Mata/Jequitinhonha	5.413	36	5.449	15,37
Espírito Santo	2.023	7.517	9.540	20,44
São Paulo	2.299		2.299	15,77
Paraná	1.740		1.740	17,51
Bahia	1.319	508	1.827	19,23
Rondônia	-	1.346	1.346	8,48
Mato Grosso	13	160	173	10,66
Pará	-	277	277	12,44
Rio de Janeiro	212	9	221	15,73
Outros	165	248	413	15,74
Brasil	22.524	10.101	32.625	15,84

Fonte: Conab

Parque cafeeiro brasileiro – levantamento de ago/2007

	Em formação		Em produção	
	área (ha)	cafeeiros (mil covas)	área (ha)	cafeeiros (mil covas)
Minas Gerais	128.043	460.261	1.014.993	3.122.634
Espírito Santo	22.187	70.499	466.620	1.054.887
São Paulo	18.533	67.376	145.767	392.831
Paraná	7.300	38.900	99.400	334.900
Bahia	3.762	3.849	94.990	251.554
Rondônia	4.570	8.765	158.630	283.313
Mato Grosso	1.348	3.235	16.222	38.933
Pará	1.288	4.508	22.265	53.436
Rio de Janeiro	260	1.200	14.048	26.540
Outros	1.073	2.575	26.243	62.983
Brasil	188.364	661.168	2.059.178	5.622.011

Fonte: MAPA - SPC / Conab

A área cultivada é estimada em 2,2 milhões de hectares. Do total, 91,6% (2,1 milhões de hectares) estão em plena produção e 8,4% (0,20 milhões de hectares) ainda estão em formação. A colheita encerrou-se em setembro em Minas Gerais, São Paulo e

na Bahia. No Espírito Santo foi até outubro. Nos demais estados, já está concluída.

Para que o País disponha de café suficiente para atender à demanda, seria necessário que cafeicultores produzissem nas duas safras de bianualidade (positiva/negativa) cerca de 90 milhões de sacas para que não haja riscos de déficit de oferta.

Padrões mínimos de qualidade

Até o final deste ano, o MAPA concluirá a elaboração da instrução normativa que estabelecerá os padrões mínimos de identidade e de qualidade para a classificação do café torrado e moído comercializado no mercado interno e importado de outros países.

A instrução normativa está sendo elaborada pelo Departamento de Café (Dcaf/MAPA), Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Dipov/MAPA) e Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). Para conclusão, será submetida à consulta pública por 60 dias. Nesse prazo, a cadeia produtiva da cafeicultura e os consumidores poderão apresentar propostas para análise do grupo responsável por definir os padrões.

A elaboração da instrução normativa tornará obrigatória a classificação do café oferecido ao consumidor brasileiro, além de priorizar a avaliação da qualidade da bebida. Para o produto exportado pelo País, a fiscalização não é obrigatória, pois o monitoramento é feito pelos exportadores e importadores.

CRISE

Câmbio penaliza renda

PARA A safra 2007/08, a Organização Internacional do Café (OIC) prevê uma produção global de 109 milhões a 112 milhões de sacas, em comparação a 122,27 milhões na estação anterior. O aumento da colheita em outros países não será suficiente para contrabalançar a redução no Brasil, devido à bianualidade de produção e fatores climáticos.

O Vietnã, segundo maior produtor mundial e o maior do tipo de robusta, deverá colher 16,5 milhões de sacas em 2006/07. O país tem aumentado nos últimos anos a sua produção. Desde 1999, assumiu a vice-liderança mundial, tirando o posto da Colômbia.

Já a demanda mundial será de 118 milhões a 120 milhões de sacas, em comparação a 116 milhões em 2006. A oferta atual e a estrutura da demanda fortaleceram a firmeza dos preços registrados no final de 2006 e início de 2007. A firmeza dos preços deverá continuar.

Mundo: produção e demanda de café (milhões de sacas de 60 kg)

Item	2006/07	2007/08
Produção	122,27	109 a 112
Demanda	116,00	118 a 120

Fonte: OIC

Os exercícios de 2006 e 2007 foram de disponibilidade apertada de café para o Brasil para atender à exportação e ao mercado interno. As exportações continuam com a força de 2006, quando atingiram 27 milhões de sacas.

O volume industrializado representou 38% da safra 2006/07. Na safra 2007/08, com o aumento do consumo para 17,4 milhões de sacas, deverá chegar a 52% da safra colhida.

Brasil: participação do consumo interno na produção de café

Ano	Industrialização (a)	Produção (b)	(a)/(b)
milhões de sacas			
2007 *	17,4	33,0	52%
2006	16,3	41,5	38%

* Previsão

Fonte: Abic

Esse desequilíbrio, mais a apreciação dos preços do grão cru no mercado mundial e no mercado físico brasileiro, deram sustentação e aumentaram os preços do produto para os consumidores.

Endividamento crônico

A desvalorização do dólar ante o real gera apreensão e tensão na cadeia produtiva do café. Representantes de sindicatos rurais e cooperativas das principais regiões produtoras levaram essa preocupação para o governo. O foco do problema é o valor recebido pelo produto. O preço médio da saca, de US\$ 120, historicamente seria considerado satisfatório, mas quando convertido para a moeda nacional decepciona.

Por sua vez, o passivo existente no campo, aliado à safra mais baixa deste ano, deixa mais crítica a situação. Um dos pleitos para aliviar o risco cíclico do setor é a criação de um seguro. Sem condições para interferir no câmbio e no preço definido pelo mercado, o governo poderia atuar em duas frentes: reduzindo a carga tributária e os juros e alongando a dívida dos cafeicultores com os bancos.

Na Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados, as lideranças rurais chamaram atenção para o endividamento crônico da cafeicultura brasileira. Pelos dados do governo cerca de 30% do recursos contratados nas operações alongadas do Funcafé estão em inadimplência. Esse percentual correspondia a R\$ 260 milhões em junho último. Boa parte desse valor referia-se ao não-pagamento de juros, uma vez que a amortização do capital ainda não tinha começado.

Operação *drawback*

As indústrias de café solúvel e de torrado pleiteiam a importação de café verde, em regime de *drawback* (importação de insumos para reexportação). No segmento de solúvel, a argumentação é a perda de competitividade nos últimos anos, principalmente no mercado internacional. De 1995 e 2002, as exportações de solúvel ficaram praticamente estagnadas, enquanto as negociações globais dobraram para 16 milhões de sacas.

Outra colocação, de natureza conjuntural, era de que o preço do café robusta no Brasil registrava aumento de 20% em 2006. Isso encarecia os custos de produção das indústrias de solúveis. A menor safra prevista para 2007/08 também acendia a luz amarela dessas indústrias, que utilizam mais de 90% dos grãos robusta em seu *blend* de solúvel.

As indústrias consomem cerca de 4 milhões de sacas de robusta por ano para a produção de café solúvel. A expectativa do setor é de importar pelo menos 1 milhão de sacas. Não seria uma substituição da produção por importados, mas uma complementação.

Para as indústrias de torrado e moído, a importação de café arábica se limitaria a cerca de 20% de um total de 120 mil sacas que são exportadas anualmente. Até 2002 não havia necessidade de *drawback*, pois até então não havia exportação. Por outro lado, o Brasil assiste a um movimento recente de entrada de cafeterias estrangeiras, que utilizam em seu *blend* pouco café brasileiro.

As indústrias de solúvel chegaram a enviar carta oficial ao governo do Vietnã, maior produtor mundial de café robusta, pedindo para estreitar as negociações com o governo brasileiro. O assunto depende do consenso da cadeia e está sob responsabilidade do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC). Há uma preocupação da cadeia produtiva com problemas fitossanitários devido à importação de grãos. A lei brasileira permite fazer este tipo de operação, mas existe a preocupação de se repetir na cafeicultura o fato desastroso ocorrido com o cacau. A liberação das compras no exterior nos últimos anos trouxe a vassoura-de-bruxa e destruiu a atividade cacaueteira no País.

A resistência do setor produtivo é natural. O Brasil possui o maior parque produtor cafeeiro do mundo. As conquistas nacionais no campo da tecnologia e na melhoria da qualidade são exaltadas em muitos exemplos. No caso específico da cadeia produtiva do café, a postura estratégica consiste no fortalecimento de todos os seus elos. As políticas públicas devem eliminar os gargalos existentes e proporcionar um ambiente de competitividade econômico e institucional para o setor. Um análise acurada para sustentar e ponderar uma medida de repercussão interna como a abertura de mercado.

As raízes da crise recente do café vêm das décadas de 80 e 90, com a extinção da cláusula econômica do Acordo Internacional do Café, firmado pela Organização Internacional do Café (OIC). O resultado foi uma oferta muito grande do produto no mercado internacional, quando o consumo estava estagnado. Os preços deprimiram-se, houve diminuição da renda e perda da capacidade de investimento do cafeicultor.

Estrategicamente, diante de um cenário favorável ao café nos próximos anos, com os mais baixos estoques dos últimos anos no Brasil e no mundo, o mercado acredita que os cafeicultores devem armazenar o produto e aguardar um cenário ainda melhor para comercializar a safra que está em plena colheita.

Os produtores deparam com um fluxo forte de crédito para o financiamento das despesas da colheita do café, correspondente a cerca de 30% do custo de produção do setor, e à estocagem. São R\$ 2 bilhões disponíveis, dos quais R\$ 1,3 bilhão do Cecafré (50% acima da safra anterior) e R\$ 700 milhões previstos nos depósitos à vista do sistema financeiro. A proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso é de R\$ 2,56 bilhões para 2008.

Os recursos são emprestados ao produtor até o limite de R\$ 200 mil (R\$ 1.440 por hectare), com a taxa de juros a 9,5% ao ano e prazo de 180 dias para iniciar o pagamento.

COMERCIALIZAÇÃO

Aplicação do Pepro

PARA AUMENTAR o poder de barganha do produtor na comercialização da mercadoria a preços mais remuneradores, o MAPA usa o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) para o café tipo arábica. É um mecanismo para garantir aos cafeicultores a possibilidade de vender a saca por um preço compatível com o custo de produção, estimado em R\$ 218,14 pela Conab.

O Pepro é um instrumento que permite ao governo federal garantir um patamar de preço ao produtor (preço de referência). O produtor rural ou a cooperativa recebem uma subvenção econômica (prêmio). Em contrapartida, dispõem a vender o produto pela diferença entre o valor de referência fixado pelo governo e o prêmio arrematado no leilão.

O governo destinou ao Pepro uma verba de R\$ 200 milhões para apoiar a comercialização de até 5 milhões de sacas de café:

- Primeiro pregão: prêmio oferecido para 4 milhões de sacas, de R\$ 40 por saca;
- Segundo pregão: oferta de mais 1 milhão de sacas.

O preço de referência da saca, com teor de umidade de até 12,5%, fixado pelo Decafé:

- Tipo 5 para melhor, bebida dura para melhor: R\$ 315;

- Tipos 6 e 6/7, bebida dura para melhor e R\$ 300;
- Tipo 7 bica corrida, qualquer bebida: R\$ 290.

Condições para participar do Pepro:

- Venda de, no máximo, 300 sacas por CPF ou CNPJ;
- Cadastro perante a bolsa por meio da qual se pretende realizar a operação;

Vantagens do Pepro

- Ser modelo moderno para dinamizar o mercado;
- escoar a safra em bases que permitam a sobrevivência dos cafeicultores;
- Não reter a oferta e não obrigar o governo a adquirir café;
- Compensar o problema cambial;
- Fortalecer a competitividade do café brasileiro no exterior;
- Não penalizar o consumidor: mantém o preço praticado em dezembro de 1986;
- Sinalizar aos agentes da cadeia um nível mínimo de preço para escoar a produção;
- Evitar preços artificialmente: a) altos que induzam aumento de produção; b) aviltantes que provoquem a extinção do parque cafeeiro.

- Situação regular no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e em outros órgãos.

Para a safra 2008/09, o governo prepara uma proposta orçamentária, de R\$ 2,5 bilhões, com a aplicação do Pepro para um volume de 10 milhões de sacas. A expectativa é de que a próxima safra seja maior que a atual, de 32 milhões de sacas, em consequência da bianualidade da lavoura cafeeira.

O MAPA realizou dois leilões do Pepro entre junho e julho. Em ambas as vendas foram de 100%. No primeiro, a oferta foi de 4 milhões de sacas e, no segundo, de 1 milhão de sacas.

Os prêmios serão pagos aos produtores e cooperativas que realizarem as vendas até 30 de junho de 2008 e comprovarem a operação de venda à Conab até 30 de setembro do ano que vem.

Como a cotação do café aqueceu devido aos indícios de uma safra brasileira menor que a prevista pelo mercado, devido ao clima seco e chuvas insuficientes, muitos optam por aguardar novas altas para intensificar as vendas. Alguns que participaram dos leilões de Pepro esperam patamares acima de R\$ 260,00/sc para obterem o subsídio do governo.

O prêmio deverá ser somado ao mínimo de R\$ 260,00/sc a ser obtido na comercialização do arábica de tipo 6 até junho de 2008. Isso resulta em um valor de referência por volta de R\$ 300,00/sc – considerado um “patamar psicológico” aceitável pelo setor produtivo.

O cenário altista das cotações é considerado atípico, pois o grão do café está 100% colhido. Tradicionalmente, os preços caem na safra devido ao aumento da oferta no mercado.

O preço reagiu à baixa oferta brasileira e rompeu a barreira de 120 dólares por libra-peso. Apesar de o dólar demonstrar uma modesta reação ante o real, o câmbio ainda é considerado um empecilho para a receita do produtor. Recentemente, a *commodity* foi negociada na Bolsa de Nova York (Nybot) a 124,75 centavos de dólar por libra-peso, o melhor valor desde agosto de 1998, quando a cifra chegou a 122 centavos de dólar por libra-peso.

Ações do MAPA até final de outubro

- Realização de vinte leilões neste ano, com a oferta de 890 mil sacas e 849,1 mil vendidas. Na média dos 19 leilões, a saca de 60 kg saiu por R\$ 202,28, com arrecadação de R\$ 171,7 milhões para o Funcafé;
- Liberação de R\$ 112,3 milhões do Funcafé para operações de custeio, estocagem e aquisição de café da safra 2007/2008. Os recursos foram rateados entre os bancos Cooperativo do Brasil S.A. (R\$ 70 milhões), Santander Banespa S.A. (R\$ 35 milhões) e Itaú BBA S.A. (R\$ 7,2 milhões).
- De abril até agora foi liberado mais de R\$ 1,4 bilhão do Funcafé para financiamento de colheita (R\$ 412,5 milhões), estocagem (R\$ 460,3 milhões), custeio (R\$ 334,1 milhão) e Financiamento para Aquisição de Café-FAC (R\$ 215,3 milhões). Este ano, o Fundo dispõe de R\$ 2,026 bilhões para liberar aos bancos para atendimento às linhas de custeio, colheita, estocagem e FAC.

MINAS GERAIS

Perfil do endividamento e capacidade de pagamento

O CONSELHO Deliberativo da Política do Café (CDPC) solicitou estudo, elaborado pela Agroconsult, sobre a cafeicultura mineira com o objetivo de:

- Fazer uma avaliação realista da capacidade de pagamento dos cafeicultores;
- Levantar os custos de produção;
- Avaliar as atuais condições de rentabilidade da atividade;
- Traçar um perfil do endividamento.

A importância estratégica do trabalho consiste em auxiliar na definição da real necessidade de intervenções governamentais voltadas ao atendimento de demandas do setor produtivo, com estratificação dos diferentes tipos de produção por escala, sistema de produção e regiões.

Para fazer a composição dos custos de produção foi estabelecido:

1º passo: definição dos modelos de produção representativos de cada região:

Região	Estrato	Propriedade	Pés/ha	Produtividade (sacas/ha)	Sistema
Sul de Minas	1	30	3.769	23	Manual
	2	30	3.760	23	Semi-mecanizado
	3	150	3.290	30	Mecanizado
Zona da Mata	4	30	3.760	25	Semi-mecanizado
	5	80	4.000	28	Mecanizada e irrigada
Cerrado	6	20	5.000	25	Manual
	7	05	5.000	15	Manual

Fonte: Agroconsult

2º passo: grupo técnico formado para alinhamento de conceitos e definição da metodologia.

3º passo:

- Validação dos coeficientes técnicos para cada matriz de custo de produção;
- Preenchimento de dados das planilhas-base de custos de produção, com informações atualizadas, para cada modelo escolhido de produção.

4º passo: consolidação.

5º passo: reconstrução da série histórica dos custos de produção (mantendo fixa a matriz de coeficientes técnicos atual): 15 anos – ciclo completo.

6º passo: ajuste dos Custos de Produção (coeficientes técnicos) de acordo com as produtividades observadas em cada região.

Na formulação do cálculo da receita foram considerados:

1º passo: preço médio ponderado pela participação dos diferentes tipos de café na safra.

2º passo: sazonalidade (Preços e Comercialização) – Impactos sobre a formação das receitas.

Comercialização da safra mensal (%)

Janeiro	9,1
Fevereiro	7,1
Março	6,9
Abril	5,9
Mai	6,5
Junho	6,5
Julho	8,7
Agosto	12,2
Setembro	12,9
Outubro	9,3
Novembro	7,5
Dezembro	7,4
Total	100,0

Fonte: Agroconsult

Na consolidação, o critério adotado consistiu na ponderação por estrato:

Região	Sul de Minas			Zona da Mata		Cerrado	
Estrato	1	2	3	4	5	6	7
Ponderação	30	18	2	5	10	10	25

Fonte: Agroconsult

Quando do cálculo da receita e prejuízo para cada biênio dos últimos dez anos, o resultado acumulado ficou negativo em R\$ 2,2 bilhões a partir de 2001. Esse saldo demorará muito para ser revertido. Para efeito de cálculo do saldo, foi deduzido o custo variável da receita bruta. No curto prazo a situação agrava-se muito para o setor produtivo, no tocante à manutenção da atividade e do emprego.

Biênio	Saldo (R\$ milhão)
96/97	2.700
98/99	2.100
00/01	Zero
02/03	(1.300)
04/05	100
06/07	(1.000)

Fonte: Agroconsult

Detalhamento do endividamento bancário das cooperativas (R\$)

1. Dívidas contraídas até a safra 2002/03	
Modalidade	Saldo - 30/06/2007
Securitização	55.372.159
Pesa	55.741.885
Alongamento Funcafé	9.371.453
Recoop	13.966.952
Sub-total (1)	134.452.449
2. Safras anteriores até 2006 e Safra Atual 2007	
Modalidade	Saldo - 30/06/2007
Fornecedores de Insumos	63.820.594
CPR	1.966.565
Outros	6.888.737
Sub-total (2)	72.675.896
3. Safras anteriores até 2006 e Safra Atual - 2007	
Modalidade	Saldo - 30/06/2007
Custeio Funcafé	1.593.439
Estocagem Funcafé	168.558.630
LEC (Linha Especial de Crédito)	71.817.827
Desconto de Recebíveis (NPR, WA etc.)	51.491.929
Capital de Giro (Compror etc.)	3.762.843
ACC, ACE	128.215.021
Pré-Pagamento	76.085.601
Outros	185.859.698
Sub-total (3)	687.384.987
Total (1+2+3)	894.513.332

Fonte: Agroconsult

O levantamento tomou por base uma amostragem nas 11 principais cooperativas de Minas Gerais, com grande predominância na comercialização deste canal. Na Zona da Mata praticamente não existe cooperativa com atuação significativa, enquanto no Cerrado a comercialização está concentrada em *tradings* e produtores independentes.

Cooperativas amostradas em 2006		Minas Gerais
Volume comercializado (mil sacas)	6.090	28%
Produtores Ativos	27.825	21%

Fonte: Agroconsult

O cálculo e a composição do endividamento foram apurados basicamente em cima de levantamentos nas cooperativas amostradas e nas estatísticas do Funcafé no caso dos produtores.

Endividamento em R\$ milhão

Categoria	Valor
Produtor	1.308,00
Cooperativa	894,50
Total	2.212,50

Fonte: Agroconsult

Composição do endividamento

Produtor		Cooperativa	
Funcafé	64%	Bancária antiga	15%
CPR	30%	Bancária Funcafé	19%
Fornecedor Total	6%	Não-bancária	8%
Total	100%	Bancária, outros	58%
		Total	100%

Fonte: Agroconsult

Diante da necessidade de um equacionamento da dívida dos cafeicultores mineiros com os bancos e as cooperativas, que superam R\$ 2,2 bilhões, a CDPC, junto com representantes do MAPA, deverá apresentar alternativas para amenizar a crise.

CONSUMO

Metade da safra fica no País

A ACELERAÇÃO do crescimento do consumo de café no Brasil nos últimos anos, fruto do aumento da renda da população e das campanhas de incentivo lideradas pela iniciativa privada, deverá manter no País metade da produção prevista para a safra 2007/08.

No café, enquanto a demanda global de café cresce 1,5% ao ano, no Brasil o consumo aumentou 5,1% em 2006 e 19,2% de

2003 até o ano passado. O fortalecimento do mercado interno coroa um cenário positivo para durar pelo menos dois anos.

A meta da Abic é chegar aos 21 milhões de sacas em 2010. Com esse volume, o Brasil ocupará o primeiro lugar no *ranking* dos maiores países consumidores de café, posição tradicionalmente ocupada pelos Estados Unidos.

São várias as razões para explicar o sucesso do café. Primeiro, porque desperta e anima, dá energia e vitalidade. Espanta a preguiça, seja em casa, na escola ou no trabalho. Parar para tomar um café é sempre uma saudável pausa. A combinação harmoniosa com ingredientes diversos resulta em receitas deliciosas, quentes ou geladas, preparadas pelos baristas, que são os especialistas em café.

A maior qualidade do produto e a expansão do segmento de cafeterias são dois outros motivos que têm fortalecido o setor. E o café ainda faz bem à saúde. Consumido moderadamente, aumenta a capacidade de concentração, a memória e o estado de alerta, sendo indicado para crianças, jovens e adultos.

Outra característica do café é a sua constante renovação, resultado de contínuos investimentos feitos pelas indústrias em inovação e diferenciação. Há bebidas para todos os gostos e bolsos, de padrões tradicionais aos superiores e *gourmets*.

No geral, os cafés torrados e moídos são vendidos em pacotes de 250 ou 500g (em embalagens “almofada” ou a vácuo ou com válvula aromática). Mas também há café em grãos torrado, para quem tem máquina de *espresso* em casa ou no escritório; cafés em sachês e uma variedade de tipos, como orgânicos, descafeinados e até aromatizados.

O consumo de café no Brasil

- Crescimento em todas as classes sociais e faixas etárias;
- Estabilidade apenas no segmento mais jovem (15 a 19 anos);
- Aumento do consumo fora do lar de cafés tipo *gourmet* ou especiais
- Melhor qualidade e aumento no número de cafeterias,

Fonte: InterScience sobre Tendências de Consumo de Café no Brasil

Em 2006, foram aplicados R\$ 5 milhões em promoção e *marketing*, com recursos do Funcafé, por meio do Programa Integrado de Marketing (PIM-2006), coordenado pelo Decaf. Existem ainda as contrapartidas privadas de R\$ 2,0 milhões e o Fundo Especial de Marketing da Abic, de R\$ 655 mil.

Para 2007, o PIM prevê a alocação de R\$ 13 milhões para Publicidade e Promoção, sendo R\$ 8 milhões para o mercado interno e R\$ 5 milhões para promoção internacional, enquanto o Fundo da Abic terá investimentos de R\$ 965 mil.

As ações para o crescimento do consumo foram acentuadas, como o Programa Café e Saúde; apoio para os Concursos de Qualidade; veiculação de mensagens informativas e educativas sobre o café na mídia de massa, revistas, TV, cinemas e de um inédito programa de exposições itinerantes em *sho-*

pping centers de todo o Brasil, bem como a participação no Pan Rio 2007.

No exterior, os recursos foram aplicados em feiras, exposições, projetos compradores, *roadshows*, apoio às iniciativas no mercado asiático e, inclusive, uma preparação para iniciativas durante as Olimpíadas na China em 2008.

Exportação

Estimativas recentes da Organização Mundial do Café apontam aumento do consumo mundial de café para o horizonte dos próximos dez anos, com taxas anuais de crescimento de 1,5% a 2,5%. Isso representa um acréscimo de 20 a 30 milhões de sacas à demanda atual de cerca de 117 milhões de sacas.

Os mercados consumidores tradicionais, formados por Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, responsáveis praticamente pela metade do consumo mundial, tendem a crescer dentro da média mundial. Já os países produtores, com um quarto da demanda mundial, e mais os países emergentes, crescerão acima da média.

Índia, México e Indonésia, com programas para aumento do consumo interno de café, podem ampliar a demanda em 5 milhões de sacas. A mesma tendência cabe para o Leste Europeu, a Rússia e a China, sob o efeito do aumento da renda e a aspiração por um estilo de vida ocidental.

Em 2006, foi registrada a maior venda da história do Brasil em termos de valor e a segunda em quantidade, depois de 2002. Há um cenário de oportunidades externamente para consolidar e ampliar a sua posição.

Brasil: exportação de café

Ano	Mil sacas	US\$ bilhão
2002	28.138,309	1.368,000
2003	25.711,534	1.535,199
2004	26.474,058	2.022,560
2005	26.187,013	2.917,559
2006	27.298,060	3.289,147

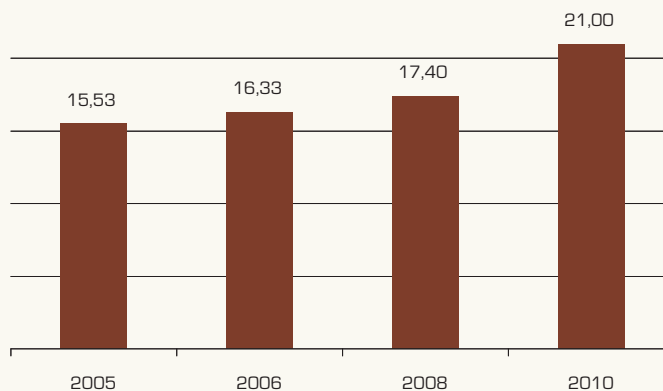
Fonte: Secex

A exportação de café torrado e moído apresenta um excelente desempenho, conforme acompanhamento feito pelo Programa Setorial Integrado (PSI), coordenado pelo Sindicafé, em convênio com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex Brasil.

O preço médio do café exportado foi de US\$ 4,55/kg em 2006 contra US\$ 4,00/kg, em 2005 (14% de aumento). Para 2007, a previsão é que as exportações alcancem US\$ 32 milhões. Os EUA figuram como maior mercado comprador e o Mercosul surge como boa opção de negócios (5% das vendas).

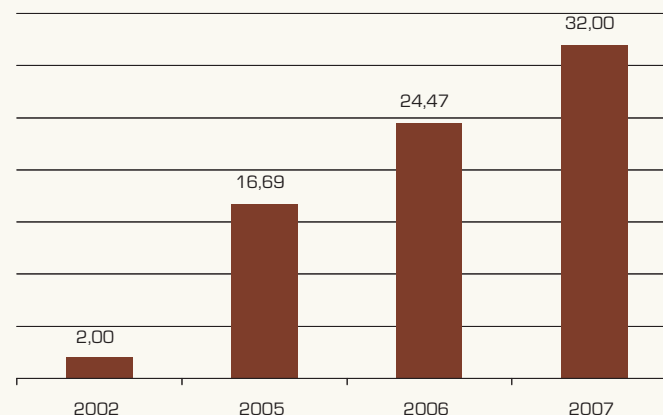
O café industrializado amplia sua participação na pauta de exportação do País e ganha força na distribuição internacional. As ações, como a internacionalização dos grãos por meio de parcerias e divulgação em feiras internacionais, fazem parte da realidade no

Brasil: consumo de café (milhões de sacas)



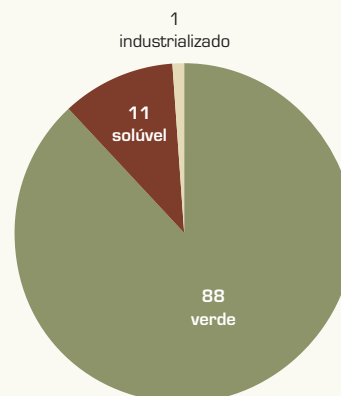
Fonte: Abic

Brasil: exportação de café moído e torrado (US\$ milhões)



Fonte: Secex

Brasil: composição da produção de café (%)



Fonte: Secex

Cafeterias em escala global

Sem mercado novo para ser conquistado pelos produtores naqueles países em que o poder aquisitivo cresce, o consumo de café aumenta graças às cafeterias. Regiões emergentes como a China, Coréia do Sul e o Leste Europeu despontam como grandes compradores do café brasileiro para os grãos verdes e o industrializado.

Diante dessa descoberta, torrefadoras e cooperativas investem US\$ 2,5 milhões em cafeterias naquelas regiões, para aumentar a exportação do grão e comercializar produto de maior valor agregado.

As empresas olham os nichos de mercado e fortalecem o *marketing*. É estratégico desenvolver um canal de distribuição por meio das exportações com maior valor agregado e reforçar a imagem do produto no exterior. Para conviver com a concorrência de empresas globalizadas como Starbucks e Mister Coffee, as indústrias brasileiras buscam parcerias fortes.

A Ásia tem enorme potencial devido ao tamanho da população e ao forte consumo de café *espresso*. Além disso, é um mercado

novo no consumo de café, pois a população começou a tomar a bebida apenas há cerca de 70 anos. Em 2006, o setor abriu três cafeterias naquele continente.

Os negócios acontecem. A Café do Centro instalou uma casa em Tóquio, enquanto a Café Tiradentes preferiu montar uma cafeteria em Seul e a Cooperativa de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), em Pequim. Neste ano, a Café Tiradentes montou outra cafeteria no mesmo país e a meta da Café do Centro é, em dez anos, instalar 100 cafeteiras no Japão.

A Ipanema Coffees possui contrato para distribuição Starbucks dentro do mercado americano e prospecta outros clientes da Austrália, Rússia, Espanha, França. A Café Tiradentes, do Grupo Nhá Benta Indústria de Alimentos, abriu a primeira loja no exterior em 2005, na capital sul-coreana. Esse ponto de distribuição serve para pesquisar outros mercados asiáticos. A torrefadora Dallis Coffee, uma das principais empresas de comercialização de cafés especiais dos Estados Unidos, foi vendida para a empresa brasileira

setor. Além do café torrado e moído, o grão verde e o solúvel também registram grande demanda no consumo externo.

O Brasil consolida sua posição no cenário mundial do agro-negócio café como um dos países onde o consumo interno mais cresce. A OIC – Organização Internacional do Café, com sede em Londres, recomenda aos demais países produtores de café que adotem programas de ampliação do consumo semelhantes aos do Brasil. Essa é uma das formas mais efetivas de dar sustentabilidade à cafeicultura mundial, evitando excedentes e a queda nas cotações, que causam remuneração não-adequada da comunidade de produtores.

SUSTENTABILIDADE

Certificações no café

O Brasil será o primeiro país no mundo a fornecer no mercado internacional café com a denominação 4C. Trata-se do Código Comum da Comunidade Cafeeira, que estabelece regras ambientais, econômicas e sociais para produção de um café sustentável. A estimativa é que o País exporte 500 mil sacas de café 4C vindas da safra 2007/08.

A projeção foi feita a partir do projeto-piloto realizado pelo Instituto Tótum no Brasil, entre dezembro de 2006 e março deste ano. Foram visitadas 11 fazendas, responsáveis pela produção de 34 mil sacas no sul de Minas Gerais e São Paulo.

Muitos cafeicultores têm método de produção e práticas que os enquadram no sistema 4C. Maiores adequações são necessárias em algumas propriedades, principalmente na dimensão ambiental, que recebeu nota intermediária. Os pontos apontados foram:

- Práticas de irrigação que desperdiçam água;
- Embalagens de produtos químicos sem retorno ou reutilização indevida delas.

O resultado do projeto-piloto brasileiro será apresentado em abril aos membros da Associação 4C. A entidade tem sede na Alemanha e foi criada pelos maiores importadores mundiais de café – como Nestlé, Sara Lee e Kraft Foods. “A meta é que 70% das importações mundiais sejam de café sustentável”, afirmou.

Os cafés sustentáveis são comercializados no mercado externo em grandes volumes há muito tempo, com diferentes certificações, tais como o UTZ Kapeh, o RainForest e o FairTrade. O café 4C é outra opção.

Cafés 4C

O Brasil está preparado para a adoção do 4C, de acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) e representante da entidade no Conselho da Associação do Código Comum para a Comunidade Cafeeira, Nathan Herszkowicz. Ele está em Londres e informou que a Organização Internacional do Café (OIC) discute um novo texto do Acordo Internacional do Café (AIC), que pretende incorporar os princípios da sustentabilidade à produção do café, de modo a tornar a atividade cafeeira mais rentável e sustentável.

A cafeicultura brasileira, de maneira geral, é muito moderna e avançada, e obedece a rígidos padrões de legislação trabalhista

e ambiental, que exigem boas práticas no campo. “No primeiro trimestre deste ano foram testados os sistemas e modelos de verificação do 4C em diversas propriedades brasileiras, e os resultados mostraram que elas estão dentro dos padrões exigidos”, relatou Herszkowicz.

Há expectativa de que a adoção do 4C vai afetar o comércio internacional brasileiro positivamente, no sentido de agregar maior valor às exportações. Para o diretor da Abic, o 4C vai atuar como as certificações do tipo Rainforest ou UtzKapeh, que ao comprovarem que aqueles cafés foram produzidos corretamente e dentro de normas pré-estabelecidas, incorporam maior valor aos grãos.

Ele acredita que a adoção do 4C no Brasil deve ser rápida e visualiza ganhos de mercado e imagem em função do novo selo. “O Brasil poderá captar para sua imagem o fato de ser, além de maior produtor do mundo, um produtor também sustentável de cafés de qualidade. A demanda para o período de 1º de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2007 é de 2,5 milhões de sacas e o Brasil já possui quase 1,5 milhão de sacas desse total, o que o qualifica como o grande fornecedor de cafés 4C para o mercado mundial”, disse Herszkowicz.

A produção entre os associados ao 4C responde por 70 milhões de sacas por ano, contando com empresas como Sara Lee, Melitta e Nestlé. O objetivo do programa é que até 2015, cerca de 50% da produção mundial de café seja em conformidade com os padrões do 4C. É estimado que hoje, 3,5% da oferta mundial de café, ou seja, 4,4 milhões de sacas já sejam produzidas de acordo com os novos critérios.

Novas regras

O 4C não é somente um novo selo, mas, sim, a adoção de práticas de produção que priorizam a sustentabilidade econômica, social e ambiental. As fazendas são auditadas, verificadas, e somente com a chancela de padrão 4C o café é colocado no mercado. O 4C une indústrias e cafeicultores, mas a informação não chega ao consumidor, pois não há nenhum selo na embalagem, embora exista a possibilidade de a torrefadora capitalizar a presença no 4C por meio de ferramentas de *marketing*.

O Brasil participou da normatização. Os produtores brasileiros começam a se informar sobre o 4C. Esse trabalho será disseminado pelas cooperativas. O primeiro passo é o cafeicultor ou sua cooperativa se associar ao 4C. Torrefadores, exportadores, industriais de café solúvel e *traders* também podem participar. Existe uma taxa de filiação anual, cujo valor é estipulado em função da quantidade de sacas e do tipo de negócio.

O treinamento e as verificações são coordenados no Brasil pelo Instituto Totum, organismo certificador especializado em gestão de programas de qualidade e certificação, a exemplo do Programa de Qualidade do Café (PQC) e do Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (CSB), realizados pela Abic.

Preparação do Brasil

Precedendo a entrada em vigor do 4C, projetos-pilotos para testar os sistemas e o modelo de verificação das propriedades

Associação 4C divulga, em Berlim, primeiros resultados

O Código Comum para a Comunidade Cafeeira (4C) entrou em vigor a partir de 1º de outubro deste ano, quando teve início a comercialização de café em grão cru produzido em conformidade com as normas e regras de sustentabilidade estabelecidas pelo programa.

Os primeiros resultados do processo de verificação da realidade mundial do café apontam para a melhoria das condições sociais, ambientais e econômicas do setor cafeeiro: atualmente, 3,5% da oferta global de café, ou 4,4 milhões de sacas, são produzidas de acordo com os critérios do 4C.

O programa, desenvolvido ao longo dos últimos três anos, e lançado oficialmente em dezembro de 2006 por meio da Associação 4C, é uma iniciativa dos maiores compradores mundiais de café, entre eles Nestlé, Melitta e Sara Lee, que representam 50% do setor de café no mundo.

rurais foram implantados em diversos países produtores de café, entre eles o Brasil. Aqui, o trabalho foi realizado durante fevereiro e março deste ano, sob a coordenação do Instituto Totum, organismo certificador brasileiro, especializado em gestão de programas de qualidade e certificação, e parceiro oficial do 4C no Brasil.

O resultado mostrou que a cadeia produtiva brasileira do café está preparada para garantir a oferta de 1,5 milhão de sacas de café padrão.

As primeiras empresas a entrar com o processo de solicitação de verificação do 4C foram as cooperativas Cokapec, de São Paulo, e a Cooxupé, de Minas Gerais. Os organismos certificadores são SGS do Brasil, a Rina e a Fundação Vanzolini, todas sob a coordenação do Instituto Totum.

“O 4C é uma associação aberta a produtores, exportadores, *traders*, indústrias, na qual todos os membros podem interagir”, explica Lopes. Para participar, a empresa tem de se tornar sócia e pagar uma taxa de filiação anual, estipulada em função da quantidade de sacas e da categoria de associado (produtor, exportador, *trader* etc.).

A oferta gradual e crescente de cafés em conformidade com o 4C pode representar uma grande vantagem competitiva para a cafeicultura brasileira, assegurando maiores volumes de exportações de cafés com melhor valor agregado e uma oferta adicional de cafés sustentáveis para o mercado interno.

Metas ousadas

Com 54% da produção global de café e representadas pelas maiores empresas do mundo de comercialização, torrefação e fabricantes de café solúvel, a Associação 4C estabeleceu metas anuais de crescimento para o próximo ciclo cafeeiro 2007/08:

- 50 cursos de treinamento a produtores e parceiros de café em 12 países;

- Serviços de verificação em pelo menos 15 países;
- A meta é que até 2015, aproximadamente 50% da produção seja de café certificado.

POLÍTICAS PARA O SETOR

Agenda de compromissos

É um conjunto de pontos fundamentais para CNC cumprir sua missão maior de defesa dos interesses e direitos dos produtores de café, em especial a sua renda, considerado o maior desafio para o setor.

1. Orientações sobre o ponto de vista macro
 - 1.1. Ter o Plano Diretor do CNC 2005/08 como documento orientador, com o ajustes necessários submetidos ao Conselho;
 - 1.2. Considerar o documento Plano Proposta CNC/CNA;
 - 1.3. Priorizar a concretização das propostas do relatório final da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre políticas para o setor focado em:
 - Seguro-renda;
 - Reavaliação do CDPC;
 - Autonomia do orçamento do Funcafé;
 - Questionário encaminhado à Comissão Especial do Café da Câmara dos Deputados;
 - Análises e projeções econométricas para subsidiar decisões sobre questões essenciais para a competitividade da cafeicultura nacional. Exemplos:
 - a) No período 2000 a 2004 o produtor dobrou a produtividade de nove para 20 sacas, investiu em tecnologia, correu mais riscos e obteve metade da renda, um prejuízo médio de US\$ 25 por saca; o Brasil dobrou o volume exportado e a receita caiu pela metade em US\$;
 - b) Com a atual política governamental e cambial por quanto tempo a cafeicultura brasileira permanecerá competitiva?
2. Política Internacional e Organização Internacional do Café
 - 2.1. Avaliar se a política externa está focada no principal problema da cafeicultura nacional, ou seja, a renda;
 - 2.2. O que se entende por sustentabilidade ou produção sustentada, quando a atividade está sem viabilidade econômica?
 - 2.3. O Brasil tem rigorosas políticas na área ambiental, trabalhista e fiscal. Fazer maiores exigências para o produtor sem segurança de renda é uma proposta para ser discutida com as devidas ressalvas;
 - 2.4. No novo acordo do café (AIC), pela sua importância na produção e consumo mundial, o Brasil deve se fazer presente e ouvido;
 - 2.5. Adotar procedimento no AIC de acordo com o posicionamento colocado pelo CNC;
3. Principais Pontos
 - 3.1. Atuar na defesa intransigente da produção com foco no produtor e no trabalhador, sem perder a visão da cadeia produtiva, tendo como objetivo final os consumidores brasileiro e mundial de café:
 - Ordenar o que é conjuntural e estrutural;
 - Manter a visão de curto, médio e longo prazo;
 - Considerar como temas vitais para o setor:
 - a) Instituição de um seguro-renda;
 - b) Resolver os problemas do endividamento e da garantia das dívidas de curto e longo prazo;
 - c) Atualizar o Plano da Safra bienal apresentado pelo CNC em 2006;
 - d) Implementar a política de comunicação, na busca da visão pública correta, econômica e social da cafeicultura;
 - e) Participar de forma harmônica, discutida e sustentada na gestão e, se possível, na indicação de membros das entidades CNA/CNC, Denac, Secretaria de Agro-energia, FPcafé, secretários da Agricultura, Freecoop e Epagricultura;
 - f) Prestigiar e fortalecer as organizações dos produtores e trabalhadores, em especial o cooperativismo, por meio de uma ação integrada com o sistema OCB e Sicoob;
 - g) Fortalecer o trabalho da rede de colaboração, conhecimento e negócios como instrumento fundamental para integrar os diferentes segmentos, acelerar a transferência de tecnologia e criar novas oportunidades de negócio.
4. Compromissos políticos
 - 4.1. Fortalecimento e união das lideranças da produção e dos deputados, com base no escritório de Brasília;
 - 4.2. Discussão sustentada, argumentada e harmonizada na escolha dos representantes, tanto classistas quanto técnicos e políticos para resultados eficientes e eficazes;
 - 4.3. Unificar as organizações numa só gestão, com:
 - A integração do Fórum Rural Brasileiro como órgão máximo da representatividade do agronegócio brasileiro;
 - A CNC como membro representativo da cafeicultura;
 - O fortalecimento da representatividade por meio da CNC, CNA, FPcafé etc.;
 - Concentrar as entidades em um fórum comprometido com o produtor e o trabalhador.

Documento firmado entre:

Comissão Nacional de Café – CNA;

Conselho Nacional do Café – CNC;

Frente Parlamentar do Café – FPC.

As propostas foram acordadas após relatório final da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, criada para:

- a) debater políticas públicas o café;
- b) e discutir e examinar a gestão do Funcafé.

OPINIÃO

O cafeicultor ainda não foi recompensado por sua eficiência**Carlos Melles**

NO CONTEXTO do agronegócio brasileiro, o café hoje não tem apenas a histórica e expressiva importância econômica, mas um forte papel social e político, o que é suficiente para a cafeicultura merecer toda a atenção do governo e da sociedade.

Ao longo de 300 anos de história, o café conquistou uma importante representatividade na economia do Brasil pela sua liderança na pauta das exportações e também pelo expressivo consumo doméstico.

O café sempre foi um produto de vanguarda. Prova disso foi a criação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, com uma visão de política de competitividade. Enxergamos o futuro, a globalização já instalada e o papel do Brasil no agronegócio mundial.

Após a extinção do IBC, criamos na Câmara dos Deputados, em 1996, o Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a missão de formular as políticas públicas para produção, comercialização, exportação e marketing, assim como promover a pesquisa agrônoma e mercadológica para dar suporte ao desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café.

Nos últimos anos, somente o Funcafé conseguiu dar sustentação financeira aos programas voltados à cafeicultura brasileira. O café não contou com recursos fora desse processo, o que comprova que o Funcafé, se ainda não é administrado com a eficiência que gostaríamos, - como foi apontado em Pesquisa nacional que a Comissão Especial do Café realizou no final de 2006, por certo exerce um papel decisivo para a modernização da cafeicultura.

O avanço do café foi expressivo nos últimos anos. Conseguimos dobrar a exportação de café, mas pagamos o preço. A receita com as vendas externas foi reduzida à metade. Quase que triplicamos o consumo interno do café, mas não tivemos sucesso naquilo que é o mais importante: agregar mais valor para o produtor.

Mas o Brasil deu exemplo ao mundo ao agregar ciência e tecnologia ao café, dobrando a sua produtividade e melhorando

a qualidade. Todo este esforço foi construído com muita competência, embora não tenha sido suficiente para melhorar a renda do cafeicultor.

O produtor vive hoje uma situação caótica. Boa parte dos cafeicultores está devendo uma safra inteira. O câmbio sacrifica o produtor, que produz com os custos em dólar e exporta seu produto em real. Os preços dos insumos e da mão-de-obra continuam a subir e a logística complica a vida do produtor.

Tudo isto culminou com a busca do terceiro alongamento para o endividamento, só que agora com um valor bem superior ao de 2002.

Criamos, no ano passado, uma Comissão Especial do Café na Câmara dos Deputados, para discutir políticas e avaliar o CDPC e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, o que na pesquisa aplicada para toda a cadeia produtiva, apontou com clareza a necessidade de uma reavaliação desses instrumentos. Agora sob a ótica da produção sustentável, buscamos uma solução estratégica para a cafeicultura, o que com certeza produzirá reflexos positivos para todo o conjunto do agronegócio brasileiro.

É preciso encarar a sustentabilidade como um tripé, que inclui as vertentes econômica, social e ambiental. Cada uma delas não se sustenta sem o apoio das outras. Sobretudo a sustentação econômica, que é imprescindível para atingir a sustentabilidade social e ambiental. Vale destacar que, no futuro, as grandes restrições do mercado serão a questão ambiental e a qualidade do produto.

Este caderno especial da revista Agroanalysis apresenta um importante diagnóstico sobre a cafeicultura brasileira realizado pela Agroconsult, uma iniciativa elogiável do Conselho Nacional do Café e do CDPC. O estudo comprova o insucesso do produtor brasileiro. Basta dizer que a participação do produtor no custo final do produto caiu da faixa média de 25% a 30% para apenas 8%.

O agronegócio brasileiro precisa entrar no ritmo do agronegócio mundial. Mesmo dobrando a nossa produtividade, aumentando a qualidade de nossos produtos e ampliando o acesso aos mercados, a cafeicultura continuará deficitária. Ou seja, a decisão é política. O agronegócio brasileiro não terá condições de sobreviver sem subsídio.

O estudo da Agroconsult constatou com muita clareza que o produtor vendeu o seu café 20 dólares abaixo do custo de produção. O café brasileiro alterna safras baixas e safras altas. Por isto, sempre mantivemos estoque regulador. Nossa reserva, que já chegou a 18 milhões de sacas, hoje está inferior a 1 milhão de sacas. E temos ainda a forte seca que atingiu nos últimos meses as principais regiões produtoras do país. O Brasil não pode ter um estoque regulador inferior a 5 milhões de sacas e nem superior a 10 milhões de sacas.

Enfim, o “negócio café” enfrenta uma convergência de fatores negativos, que trouxe um prejuízo de US\$ 2 bilhões. Para uma safra que custa entre US\$ 10 e 12 bilhões para produzir, esta perda não representa um grande endividamento. Mas a falta de crédito na hora certa e no tempo certo, complica a situação

do agricultor, ou seja, não temos uma política pública efetiva para o setor cafeeiro.

É importante ressaltar que temos a sensatez, o pé no chão e a visão realista do ministro Reinhold Stephanes e de toda a sua equipe técnica, e destaco o esforço do secretário executivo Silas Brasileiro e do secretário de Agroenergia, Manoel Vicente Bertone. Essa integração e parceria positiva são de vital importância no momento em que o Brasil inicia um programa de ordenamento e escoamento da produção brasileira de café (Pepro Café), que representa um grande avanço para a política agrícola do Brasil.

Carlos Melles é engenheiro agrônomo e deputado federal (DEM-MG), presidente da Frente Parlamentar do Café e presidente da Cooparaíso.

PESQUISA

Avaliação do desempenho do Funcafé e do CDPC (2006)

O CONFRONTO dos dados levantados por uma pesquisa realizada na cadeia produtiva do café, diante do cenário econômico vislumbrado para os próximos anos, forneceu-nos elementos para a formulação de propostas para:

- Debater e examinar a gestão do Funcafé;
- Analisar a efetividade da gestão do CDPC nas políticas públicas e privadas;
- Avaliar os modelos administrativos e propor medidas legislativas para o setor.

Sobre o Funcafé

A pesquisa não deixa dúvidas quanto à importância do Funcafé, com as seguintes constatações:

- 50% utilizaram seus financiamentos nos últimos dez anos;
- 60% têm dívidas de longo prazo e 55% de curto prazo;
- Para 84%, os financiamentos ajudaram no desempenho de suas atividades;
- Quando inquiridos se o Funcafé cumpriu seus objetivos de dar crédito, organizar o mercado e assegurar renda 20% das respostas foram SIM, 20% NÃO e 56% em parte;
- 69% disseram que os recursos nunca estavam disponíveis “no tempo certo”;
- 56% reclamaram da insuficiência do volume de recursos;
- 93% apóiam mudanças na legislação do Funcafé;
- 74% aceitam reduzir a tutela do governo;
- 53% estão dispostos a contribuir para o aumento das reservas.

Sobre o CDPC

- 60% conhecem suas atribuições e atividades;
- 55% disseram que tomam conhecimento de suas decisões;
- 86% afirmaram ter interesse em mais informações;
- 17% consideraram irrelevante o seu papel;
- 21% disseram que suas decisões não repercutiram em suas atividades;
- 82% acham que o Funcafé deve manter estoques reguladores;
- 50% insatisfeitos com a transferência dos estoques do Instituto Brasileiro do Café (IBC) para a Conab;
- 51% sem conhecimento das atividades da Secretaria de Produção e Agroenergia;

Os Fins e os Meios

Não surpreende o desapontamento da cadeia produtiva do café com a atuação do CDPC. A assertiva nada tem a ver com a competência técnica, o profissionalismo e o patriotismo dos envolvidos. O problema é que eles têm em mãos uma missão impossível.

Em qualquer política os meios têm de ser compatíveis com os fins. Definidos os objetivos de determinada política, o passo seguinte é verificar se os instrumentos são compatíveis com aqueles objetivos.

No café, o governo carece dos instrumentos adequados para fazer face às expectativas dos cafeicultores, cooperativas, indústrias e exportadores. Só com novos instrumentos será possível desatarem-se os nós que atravancam o desenvolvimento da cafeicultura nacional.

O que é o Funcafé?

O Funcafé constitui um volume de ativos incorporados ao Tesouro Nacional destinados ao financiamento de apoio às atividades da cafeicultura. O problema é que a cafeicultura necessita de muito mais do que crédito.

O fato de os recursos do Fundo estarem em mãos do Tesouro é um complicador. Bancos são capacitados a conceder crédito, não o governo. O Tesouro Nacional, embora faça “operações oficiais de crédito”, jamais poderá operar como se banco fosse. Banco não está sujeito à Lei de Responsabilidade Fiscal nem às contingências da execução orçamentária. A função precípua do Tesouro é pagar as despesas públicas, não emprestar dinheiro. Que o faça pode ser entendido como “desvio de função”, compreensível em situações de crise, mas que não deve constituir política permanente. Nesse sentido, o Funcafé sofre vício de origem que nenhuma reforma do CDPC será capaz de sanar.

Diretrizes

O mercado de café é tipicamente instável. Os preços flutuam ciclicamente e somente em condições especiais convergirão a uma posição de equilíbrio. Os preços do café (em dólares) nas últimas três décadas revelam um padrão cíclico com periodicidade

de 10 anos, acoplado a duas outras flutuações menores com intervalos, uma a cada 2,5 anos, outra a cada quatro anos.

A atuação direta do Poder Público no mercado de café, comprando e vendendo ou especulando com estoques é fortemente desaconselhada. Essas interferências são fontes de instabilidade e seus efeitos aumentam a amplitude e a frequência das flutuações.

As intervenções do Poder Público devem ter a finalidade de corrigir distorções e melhorar a forma de operação do mercado, com base em duas diretrizes:

A primeira do governo fornecer o ingrediente fundamental ao bom funcionamento do mercado: INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS, em tempo oportuno, sobre o comportamento da demanda doméstica e mundial, estoques e previsões de safra. Isso orienta decisões e reduz as perturbações que tantos prejuízos têm causado aos cafeicultores e ao País.

A segunda diretriz é a adoção de REGRAS ESTÁVEIS. Decisões poderão ser revistas a intervalos predeterminados, mas não poderão ser alteradas ao sabor de pressões de grupos de interesse intermediadas, ou não, pelo sistema político. O foco das medidas serão as EXPECTATIVAS dos agentes. Incertezas quanto às medidas adotadas ou quanto à permanência das decisões comprometem a sua eficácia. Confiança nas regras e reduções de incertezas são vitais à criação de um ambiente propício aos investimentos.

Propostas

Os cafeicultores poderiam estar em situação melhor se:

- O real não estivesse tão valorizado;
- As dívidas passadas não comprometessem a solvência de muitos;
- Todos não tivessem de pagar “prêmios de monopólio” a fornecedores de insumos com patente vencida;
- A liberação de recursos do Funcafé nunca sofresse atraso.

Com menos produto para vender, os produtores não aproveitam a onda favorável dos preços altos. Esses são problemas que poderiam ter sido evitados se decisões oportunas tivessem sido tomadas no passado. Mas tudo isso é água que já correu sob ponte.

Para evitar que preços em baixa caiam ainda mais, a solução clássica é a retenção da oferta excedente. Historicamente, as políticas de valorização do café eram sinônimos para a compra e estocagem do produto pelo setor público.

Com exceção das compras realizadas pelo governo paulista após a Convenção de Taubaté (1906), que teve êxito, todas as demais iniciativas acabaram em desastre (como as famosas queimas de café no governo Vargas) ou foram uma “injeção de adrenalina” na veia dos concorrentes. Perda sistemática de mercado foi o preço que o Brasil pagou por suas políticas de valorização do café.

Na última grande crise do café, de 1997 a 2001, tentou-se organizar os produtores para retirar do mercado parte da safra. A tentativa fracassou e o Brasil, que liderou o processo, mais uma vez sacrificou seu *market share*. Portanto, necessário se faz instituir marcos regulatórios, a fim de preservar a renda do produtor.

Seguro-renda

O seguro é necessário para amenizar as flutuações de receita decorrentes, seja da instabilidade do mercado, seja do ciclo natural da produção. O café é uma *commodity* com volatilidade altíssima, cuja média, nos últimos 10 anos, foi de 100%, em anos de alta produção, e de 60%, em anos de baixa produção.

O seguro-renda viria a complementar e a fortalecer – jamais substituir – os mecanismos de gerenciamento de risco oferecidos pelo mercado, quais sejam a venda antecipada de parcela da safra futura por meio de Cédulas do Produto Rural (CPRs), das opções de venda e de operações no mercado futuro.

Transferência com finalidade reguladora é um instrumento poderoso, mas pouco empregado no Brasil. No caso da cafeicultura, o aumento do emprego, especialmente do emprego formal, pode ser um dos objetivos perseguidos.

Reforma do CDPC

A eficácia do CDPC passa pela sua autonomia decisória, gerencial e imunidade a injunções políticas transitórias. Algumas das idéias são:

- Primeira: escolha do presidente do Conselho por meio de lista triplíce elaborada por representantes de todos os segmentos da cadeia produtiva do café e submetida à escolha do presidente da República;
- Segunda: instituição de período fixo para o mandato dos membros do Conselho;
- Terceira: criação de um corpo técnico permanente de apoio que forneça ao Conselho as informações e análises indispensáveis ao embasamento de suas decisões

Conclusões

Consideramos que as recomendações propostas sejam apreciadas por todas as entidades interessadas no futuro da cafeicultura. Será ainda de bom alvitre estudar o comportamento do deságio do café brasileiro e os fatores que o influenciam (estudos econométricos de alta complexidade).

As propostas questionam paradigmas da política para a cafeicultura. Em vez de pedir ao governo que adquira ou financie a aquisição de excedentes, estamos propondo a instituição de novos marcos regulatórios a partir da discussão com os integrantes da cadeia produtiva.

Com o apoio das lideranças da cafeicultura nacional, nossa missão, daqui para frente, será lutar pela implementação das medidas ora propostas. Todas caminham na direção da redução da instabilidade do mercado de café e na instituição de um seguro que garanta uma renda mínima ao cafeicultor.

Com a experiência com o agronegócio do café, as respostas obtidas pela pesquisa, as oitivas das audiências públicas, da recorrente demanda sobretudo do setor produtivo à Frente Parlamentar do Café, a aprovação por unanimidade na Comissão Especial, confesso minha convicção de que as propostas aqui apresentadas estão na direção correta.

Cana-de-açúcar

Cresce a mecanização da colheita

A TAXA anual de mecanização aumenta pelo menos por três razões: econômica, legal e social. O uso de máquinas otimiza a produção e substitui o pagamento de mão-de-obra. Uma colheitadeira substitui o trabalho de 100 cortadores de cana. A produção cresce e o número de trabalhadores rurais recua. Por sua vez, leis criadas dificultam o uso de colheita manual.

Com o fim das queimadas em São Paulo, cerca de 180 mil cortadores deverão perder o emprego. Mas, segundo a Secretaria de Agricultura e a Unica, perto de 70 mil deles deverão ser reaproveitados nas áreas agrícolas e industriais com outras funções, com remuneração maior, sobretudo para operar máquinas.

O setor sucroalcooleiro tem absorvido cortadores de cana em algumas funções dentro da cadeia, como tratorista ou operador de caldeira de usina, mas a grande massa de trabalhadores – muitos deles analfabetos – ficará desempregada.

A mecanização desemprega e atinge justamente as pessoas sem escolarização, que não conseguem ser absorvidas por outras formas de trabalho. São necessárias políticas públicas para absorver essas pessoas, mas até agora há poucas iniciativas feitas conjuntamente.

Caminho sem volta

No estado de São Paulo, em protocolo firmado entre usineiros e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em maio deste ano, antecipa-se o para 2014 fim da profissão de cortador de cana. Antes, 2031 era o prazo final imposto por lei estadual, criada para eliminar, gradati-



vamente, as queimadas de cana – feitas geralmente à noite, necessárias para viabilizar o corte manual.

Nos últimos anos aumentou a cobrança pelo cumprimento das normas trabalhistas no campo, principalmente após a morte de 21 bóias-frias, desde 2004, supostamente por excesso de esforço no trabalho.

Força-tarefa formada pelas Procuradoria do Trabalho e Subdelegacia do Trabalho, com apoio da Polícia Civil, fez várias *blitzen* em canaviais e alojamentos de bóias-frias no estado, em busca de irregularidades trabalhistas, como a falta de registro, a não-utilização de equipamentos de proteção, jornada irregular e alojamentos precários. A massa de trabalhador sem formação é migrante, principalmente da Região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha (MG).

Segundo a Unica, de 42% a 45% da produção de cana no estado de São Paulo

são colhidos por máquinas, índice acima do nacional, entre 35% e 37%.

Agora, os produtores independentes de cana, em São Paulo, que respondem por cerca de 25% das 280 milhões de toneladas da safra de cana, discutem acordo com o governo para estabelecer uma data para o fim da queima dos canaviais. O pacto será similar ao que foi assinado entre as usinas e o governo,

Muitos dos produtores independentes são pequenos e médios proprietários, em terrenos acidentados, cuja mecanização ainda é inviável. Por isso, os prazos estabelecidos nesse acordo são mais tolerantes que no pacto com as usinas.

A fase seguinte consiste na implantação de um programa de certificação estadual. Em 2006, cerca de 2,6 milhões de hectares de canaviais foram queimados em São Paulo. A queima é feita antes da colheita manual para eliminar pestes e plantas rasteiras, facilitando o trabalho. Cerca de 60 % da colheita de cana no estado são manuais.

A queima, especialmente em tempo seco, causa enormes nuvens de fumaça, provocando problemas respiratórios em comunidades próximas. A colheita mecanizada dispensa a queima, e o material colhido adicionalmente pode ser usado para a produção de etanol de celulose ou queimado sem afetar o meio ambiente em usinas de geração elétrica. ■

Ano	Trabalhadores rurais	Produção de cana
1981	625 mil	156 milhões de toneladas
2004	424 mil	415 milhões de toneladas

Fonte: pesquisa Esalq/USP
 Autora: Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes

Abastecimento

Preços em alta para grãos e carnes

Gervásio Castro de Rezende¹Ana Cecília Kreter²Julio Cesar de M. Barros³

A ANÁLISE da conjuntura agrícola atual passou a atrair mais atenção, recentemente, por duas razões principais:

- Primeiro: nos últimos meses os preços dos alimentos pressionam de forma significativa os índices de inflação. Teme-se que isso possa continuar no futuro próximo;
- Segundo: perspectiva favorável para o plantio da safra de verão 2007/08, com a reversão do quadro de crise que marcou os dois anos agrícolas anteriores (2004/05 e 2005/06).

Este artigo procurará não só contribuir para a melhor compreensão dos fatores responsáveis por esses dois fenômenos, mas também permitir o desenho de um cenário para os próximos meses, especialmente quanto à pressão inflacionária proveniente da agricultura.

No segundo semestre do ano passado, houve uma elevação abrupta dos preços internacionais dos grãos, devido aos novos estímulos anunciados pelo governo americano à expansão da produção de etanol derivado do milho. Os preços internacionais de trigo, milho e soja elevaram-se de forma significativa a partir do mesmo período (agosto e setembro do ano passado).

Embora com variação de grau entre produtos, ocorreu um claro *pass through* da alta dos preços internacionais para os domésticos. No caso do trigo, por exemplo, o preço doméstico elevou-se acima do internacional, mas isso se deveu à quebra de safra ocorrida no Brasil no ano passado. A produção de trigo nacional é colhida no último trimestre do ano. Uma vez que a safra deste ano superará

a anterior e está para ser comercializada, isso contribuirá para um comportamento mais favorável dos preços domésticos do produto.

Milho

O preço no mercado doméstico, após acompanhar o do internacional, separou-se dele a partir de janeiro de 2007. A queda deveu-se às perspectivas favoráveis quanto à safra de verão deste ano. Em compensação, o preço doméstico iniciou uma alta, separada do comportamento do preço internacional, a partir de julho deste ano. Isso se deveu ao início, em julho, da entressafra do produto. Embora a safra de inverno do milho, a segunda safra,

ter sido favorável, as exportações recordes ajudaram a escoar o produto.

Soja

O preço exibe um comportamento similar ao preço do milho. O preço doméstico, no segundo semestre do ano passado, acompanhou o comportamento internacional de alta. A partir de dezembro de 2006, enquanto o preço doméstico passou a cair, o internacional continuou em elevação. Isso, à parte o efeito da valorização cambial no período, deve-se à entrada da safra brasileira: o preço doméstico aproxima-se mais do preço *free on board* (FOB) de exportação (ou seja, o nível inferior da banda de preço do-

Brasil: consumo anual de fertilizantes e de calcário e vendas de máquinas e equipamentos agrícolas

Ano	Fertilizantes entregues (mil toneladas)	Calcário (mil toneladas)		Vendas de máquinas e equipamentos agrícolas (unidades)	
		Mato Grosso	Demais Estados	Mercado interno	Exportação
1998	14.669	1.914	14.371	24.458	8.862
1999	13.689	1.351	14.417	24.596	4.207
2000	16.392	3.100	16.205	31.052	5.270
2001	17.069	3.197	14.990	35.533	8.246
2002	19.114	4.464	17.975	41.477	10.443
2003	22.796	5.433	21.926	37.991	21.422
2004	22.767	7.057	21.262	37.863	31.022
2005	20.195	2.786	14.334	23.222	30.678
2006	20.982	1.690	15.046	25.672	22.437
2006a	5.802	-	-	12.447	11.382
2007a	9.397	2.029b	19.490b	15.514c	10.997d

a Período de janeiro a junho de 2007

b Previsão da Abracal para 2007

c Esse valor não considera as vendas internas de retroescavadeiras e das máquinas agrícolas importadas

d Esse valor não considera as exportações de retroescavadeiras

Fontes: Anda, Abracal e Anfavea

Gráfico 1

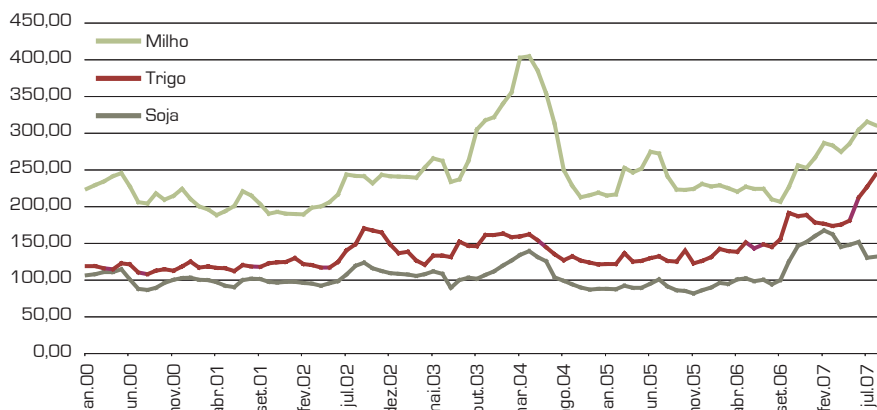
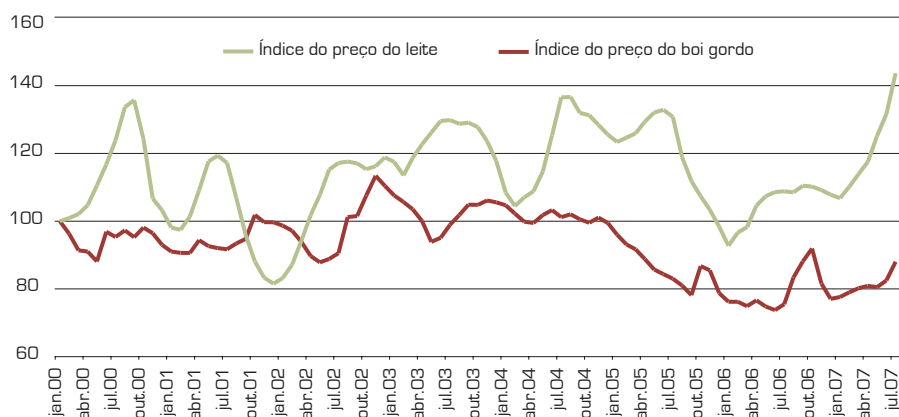


Gráfico 2



méstico *free on board-cost, insurance and freight* (FOB-CIF).

Como no caso do milho, o preço doméstico da soja começou recentemente a mudar de comportamento, devido à entrada do período de entressafra, quando o preço doméstico passa a ser ditado pelo teto CIF da banda FOB-CIF dentro da qual varia o preço doméstico ao longo do ano.

Nos meses de entressafra, os preços domésticos são ditados pelo limite superior da banda FOB-CIF. Como nesse período se dá a colheita de grãos nos Estados Unidos, em geral essa banda se move para baixo. Como as condições climáticas sempre implicam algum grau de incerteza, os preços apresentam volatilidade, com a configuração do chamado *weather market*.

No caso dos preços dos produtos animais, é possível, também, esclarecer me-

lhor não só o que tem de fato acontecido, no período recente, nos respectivos mercados, como propor conjecturas quanto à evolução futura dos respectivos preços nos próximos meses.

Leite

Tem havido um comportamento errático nos preços quando se visualiza um período mais longo. A elevação recente do preço do leite é uma mera recuperação, iniciada em janeiro de 2006, do nível médio de preços antes vigentes entre meados de 2004 e 2005. A evolução instável do preço torna mais relativa a forte elevação ocorrida nos últimos meses.

Carne bovina

Ocorreu uma derrocada no índice médio do preço do boi gordo entre os períodos de julho de 2002/janeiro de 2005

e julho de 2005/julho de 2007, com uma queda de 20%. Esse movimento esteve associado à valorização cambial ocorrida no mesmo período. Isso faz sentido, tendo em vista a importância assumida pelas exportações na formação do preço das carnes no Brasil.

A baixa ocorrida nos preços do boi gordo e do leite reflete em parte a crise atravessada, no mesmo período, pela agricultura de grãos no Brasil. A queda dos preços domésticos fez reduzir o plantio e provocou uma queda de renda no setor de grãos. De outro lado, trouxe redução de custos na pecuária, com transferência de fatores de produção para esses setores.

Se essa hipótese for verdadeira, as elevações recentes dos preços dos produtos animais decorreram de movimentos inversos, ou seja, transferência de fatores de produção da pecuária (de corte e de leite) em direção à agricultura de grãos. Isso, sem dúvida, não é uma perspectiva animadora do ponto de vista do comportamento dos preços desses produtos animais nos próximos meses.

Insumos e máquinas agrícolas

As vendas do primeiro semestre deste ano são muito superiores as do mesmo período do ano passado, o que é consistente com a melhoria ocorrida nos preços dos produtos agrícolas. Isso deve contribuir para estimular o conjunto da economia, mas, pelas razões apontadas antes, há também outro lado, menos satisfatório, e que diz respeito à pressão inflacionária.

Este artigo, além de mostrar os fatores responsáveis pela elevação recente dos preços dos alimentos, que ainda poderá se intensificar nos próximos meses, responde à perspectiva de retomada do nível de atividade agrícola, com benefício para o resto da economia. ■

Para saber mais acesse www.ipea.gov.br

1 Pesquisador associado da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea e professor visitante da Uerj

2 Assistente de pesquisa do Ipea e doutoranda em Economia na UFF

3 Estagiário

Etanol

Desequilíbrio a curto prazo

A EXPANSÃO intensa da produção e da comercialização de etanol cria um desequilíbrio a curto prazo. Com preços recordes no petróleo e a preocupação com o aquecimento climático, grandes somas de capitais são aplicados na produção. A resposta da demanda não é simultânea e cria um descompasso com a oferta.

Se a produção dos EUA já chega a 26,2 bilhões de litros, existem outras 73 usinas em construção para engrossar as 130 destilarias existentes no país. A capacidade nacional de produção deverá dobrar até 2010.

A substituição de 20% da gasolina por etanol, conforme prometida pelo presidente Bush, depende de aprovação do Congresso norte americano. Existe uma queda de braço entre os produtores de etanol e de ração e carnes, ambos demandantes de milho.

Nos EUA, a queda na rentabilidade dos produtores causada pelo aumento no preço do milho e a baixa cotação do etanol, adiam investimentos e algumas usinas diminuem o ritmo de produção.

Brasil: exportação de etanol de janeiro a setembro (mil litros)

Destino	2006	2007
EUA		
Direta	1.320,0	812,8
Indireta (via Caribe)	278,0	756,0
Sub-total	1.598,0	1.562,8
Europa	506,1	337,5
Outros	208,9	823,7
Total	2.313,0	2.730,0
Total (jan a dez)	3.430,0	3.100,0*

Fonte: Secex * Estimativa

EUA: preço do galão de etanol

Mês	US\$
Junho de 2006	1,55
Setembro de 2007	2,40

Fonte: USDA

Nos primeiros nove meses deste ano, apesar de volumes maiores, as exportações de etanol estão com receita 7,8% menor. O preço médio caiu de US\$ 458,60 para US\$ 425,30 por mil litros.

Esse valor está próximo do custo de produção e, com o câmbio atual, o valor em dólar recebido pela usina diminuiu. Ainda assim, os preços de exportação estão ligeiramente melhores que os do mercado interno. Para competir nos Estados Unidos e na Europa, com pagamento das taxas e frete, o metro cúbico do preço FOB, no porto de Santos, deve ser, respectivamente, de US\$ 250 e US\$ 425, segundo a Unica.

Apesar de serem os maiores produtores mundiais de álcool, os EUA continuam como um dos principais importadores do combustível brasileiro. Com a produção concentrada no Meio-Oeste americano, a distribuição para regiões mais distantes do país fica inviável em termos econômicos. Isso acontece com estados como Califórnia, Flórida e Nova York.

Os embarques brasileiros de álcool deste ano, em receita, devem ficar em US\$ 1,27 bilhão, uma diminuição de 20% sobre 2006 (US\$ 1,604 bilhão). Para o mercado americano, os embarques alcançarão até 1,7 bilhão de litros, redução de 22% sobre o ano passado (de 2,2 milhões de litros). A participação dos Estados Unidos no total de embarques do País deve ficar entre 55% e 60%, ante 65% em 2006.

Parte da queda dos embarques brasileiros de álcool para os EUA foi compensada pela maior demanda dos países europeus. As vendas para a UE devem dobrar, para quase 600 milhões de litros este ano, estimuladas pelo maior consumo de álcool combustível.

A produção de etanol na Europa somou 1,59 bilhão de litros em 2006, um aumento de 74% na comparação a 2005, segundo dados da Associação Europeia de Etanol Combustível. A Europa consumiu cerca de 1,7 bilhão de litros no ano passado.

A previsão da produção brasileira de etanol para a atual safra é de 20,5 bilhões de litros, com 19 novas usinas já em operação este ano. Para o próximo, estão previstas mais 30, e outras 23 já estão encaminhadas para 2009. Ainda estão em análise 21 projetos para também entrar em operação em 2009. A maioria deles é destinada a produzir apenas o combustível renovável.

Agora, com o início da entressafra na produção da cana, a situação reverte-se. O estoque de passagem poderá ficar em 7,0 bilhões de litros. Isso é suficiente para quatro meses de consumo interno e uma exportação de 1,0 bilhão de litros. Com esse balanço mais ajustado na oferta e demanda, os preços tendem a ficar mais aquecidos. ■

Relatório é contestado

A proposta de moratória por cinco anos na produção de biocombustíveis obtidos a partir de plantas alimentícias feita pelo relator especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, o sociólogo suíço Jean Ziegler provocou grande polêmica no Brasil.

O governo brasileiro contesta o relatório. Por sua vez, a Unica, em conjunto com a Associação Canadense de Combustíveis Renováveis, a Associação de Combustíveis Renováveis dos Estados Unidos e a Associação Europeia do Combustível Bioetanol endereçaram ao secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, carta na qual solicita que o referido relatório seja revisado com base em dados científicos e factuais.

AS FORMIGAS E A SUSTENTABILIDADE

Manejo econômico e moderno das formigas cortadeiras no setor florestal

NO BRASIL, o Pinnus e o Eucalipto predominam como maciços florestais economicamente explorados, o que faz das florestas plantadas uma das principais atividades produtivas do agronegócio, na maioria dos Estados brasileiros (tabela 1).

Tabela 1 – área plantada de pinnus e eucalipto, por Estado – em hectares, base 2006

Estados	Pinnus	Eucalipto	Total
MG	152.000	1.083.744	1.235.744
SP	146.474	816.880	963.354
PR	686.453	121.908	808.361
SC	530.992	70.341	601.333
BA	54.820	540.172	594.992
RS	181.378	184.245	365.623
ES	4.408	207.800	212.208
MS	28.500	119.319	147.819
PA	149	115.806	115.955
MA	0	93.285	93.285
AP	20.490	58.483	78.963
GO	14.409	49.637	64.045
MT	7	46.146	46.153
Outros	4.189	41.392	45.582
Total	1.824.269	3.549.148	5.373.417

Fonte: ABRAF, STCP 2006

São as matérias-primas de maior concentração na cadeia dos negócios florestais e estão voltadas principalmente para uso nos setores de Papel e Celulose, Carvão e Energia e Madeiras e Móveis. Juntos, Pinnus e Eucalipto representam a grande maioria de toda a área destinada a florestas plantadas com fins econômicos.

A necessidade de se controlar

As formigas cortadeiras são responsáveis por até 75% dos custos e do tempo total envolvido no controle de pragas em re-

florestamento*. Seu manejo absorve 30% dos gastos efetuados para a produção florestal – montante que equivale a 7,41% do preço da madeira em pé**.

As infestações de formigas cortadeiras – as saúvas e as quenquês – estão presentes em todos os Estados brasileiros e de longe constituem a principal ameaça para as florestas plantadas no país, inviabilizando qualquer projeto florestal se não forem controladas adequadamente.

Danos considerando 4 formigueiros/hectare

Cultura	No de árvores correspondentes	Prejuízos estimados em árvores/área	Prejuízos transferidos para o total de áreas plantadas no Brasil
Eucalipto	344	14%	496.879 ha
Pinnus	644	14,5%	264.519 ha

Fonte: Forti, LC e Boaretto, M.A.C "Formigas cortadeiras- Biologia, ecologia, danos e controle", 1997, 61p.

Um manejo adequado e sustentável

No universo das tecnologias para controle de formigas cortadeiras, a isca formicida é a formulação que melhor responde às necessidades de um manejo sustentável da praga – principalmente quanto à eficiência de controle, custos operacionais e riscos ao ambiente e saúde do trabalhador.

Das iscas formicidas desenvolvidas no Brasil, destacam-se as formuladas com o princípio ativo SULFLURAMIDA, que foi introduzido no país nos anos 90, pela Atta-Kill, em substituição ao antigo do-

decacloro. Com a Sulfluramida, a isca formicida alinhou-se integralmente com a crescente busca por produtos de maior respeito ambiental.

Entre as vantagens de performance das iscas formicidas, figuram aspectos como: uso localizado nos formigueiros, sem riscos de dispersão no meio ambiente – como acontece com os formicidas líquidos e em pó, ou com os produtos usados em área total e formulados com princípios ativos de maior impacto ambiental.

Através de parcerias contínuas com o setor florestal, a Atta-Kill também realiza ações voltadas à melhoria das técnicas de manejo das cortadeiras, viabilizando a criação de produtos e serviços mais tecnificados, como o MIPIS de Papel (gerado na Aracruz) e o software DICE de manejo das formigas cortadeiras, desenvolvido na Equilíbrio Proteção Florestal.

Com tecnologia própria, parcerias e esse moderno perfil de produtos e serviços, a Atta-Kill está integralmente sintonizada com as demandas das Certificações Ambientais do setor, além de aumentar a eficiência dos tratamentos e diminuir seus custos operacionais.

Essa priorização quanto ao uso de formicidas com segurança vem destacando o setor florestal na vanguarda tecnológica do manejo de formigas cortadeiras, gerando ganhos significativos no controle das saúvas e quenquês, no Brasil e nas Américas Latina e Central.

* Anjos, et al., 1993.

** Mendes Filho, 1981 – Segundo Rezende et al. (1983)



Ripa

Cenários para 2023

Roberta Salgado Silva*

A REDE de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (Ripa) encerrou o estudo probabilístico de futuro para o agronegócio brasileiro. O trabalho foi desenvolvido durante a Oficina em Construção de Cenários do Ambiente de Atuação das Instituições Públicas e Privadas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para o Agronegócio no Horizonte 2023, na Embrapa Instrumentação Agropecuária, em São Carlos (SP).

Com base em grandes áreas identificadas, como mudanças climáticas, agroenergia, alimentos funcionais e intensificação da pesquisa, os estudos estabelecem estratégias para quatro cenários:

- Expansão integrada com inserção global;
- Expansão integrada com inserção regional;
- Expansão por setor com inserção em nichos;
- Desarticulação e retrocesso.

Também foi feita uma análise de impacto dos cenários nas cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Cenários

O estudo de cenários traz consigo a idéia de continuidade e irá nortear e racionalizar a aplicação de recursos para a pesquisa, com a indicação de diretrizes para o desenvolvimento do País. Os pesquisadores planejarão a “geopolítica do agronegócio” para que o Brasil e as instituições ligadas ao segmento desenvolvam um planejamento estratégico de longo prazo que se traduza em maior competitividade.



Evento de caráter nacional, os cenários foram representados pelos setores industrial, de pesquisa, governamental e o terceiro setor, como segmentos sócio-econômicos ligados ao agronegócio.

O estudo probabilístico de futuro foi liderado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O diretor do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) e membro do comitê gestor da Ripa, Airton Vialta, lembra que esse tipo de estudo deve ser utilizado por todos os setores e empresas independentemente da natureza de seu trabalho, de

maneira que ela esteja sempre preparada para as alterações de cenários. “A instituição deve tentar estabelecer previamente os possíveis cenários e montar uma estratégia para enfrentá-los mais adiante. O estudo é uma ferramenta muito importante e utilizada por várias instituições e empresas públicas ou privadas”, afirma.

O coordenador executivo da Ripa, Paulo Estevão Cruvinel, avalia que o encontro foi importante devido à participação de especialistas e líderes do setor vindos de todas as regiões do País. Esse trabalho tornou possível a construção dos quatro cenários prospectivos, que trazem questões de interesse para o Brasil sob os aspectos científico e tecnológico, de sustentabilidade e de geração de riqueza por meio do conhecimento. “O resultado é da sociedade brasilei-

ra e será amplamente divulgado, tendo como base o portal da Ripa (www.ripa.com.br) e por meio de outros órgãos de divulgação”, destaca. Cruvinel pondera que o futuro desejado pode ser construído e planejado, sendo que sua execução é fruto do envolvimento da sociedade na forma de um compromisso.

Norte

O chefe de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Embrapa Amapá, em Macapá (AP), Rogério Mauro Machado Alves, destaca que o principal diferencial da Região Norte para as demais é a biodiversidade e o clima indefinido, pois existe somente período chuvoso e não-chuvoso. Ele afirma que, para aprimorar a pesquisa na região diante de um cenário negativo possível, é preciso investir em educação, capacitação de recursos humanos, ciência e tecnologia. “Basicamente fazer investimento no homem para tirá-lo da pobreza absoluta em que a maioria deles vive hoje”, afirma. Alves destaca que o investimento na região é feito por instituições governamentais. Ele lembra que a comunidade internacional também está muito interessada na Amazônia e tem investido na prospecção de recursos naturais da região.

Nordeste

Para o pesquisador da Embrapa Agroindústria Tropical, em Fortaleza (CE), Levi de Moura Barros, a Região Nordeste possui menos recursos humanos e mais dificuldades climáticas em comparação às outras regiões do País, e as cidades interioranas têm dificuldade para se desenvolver do ponto de vista educacional e de descentralização industrial. Entretanto, isso vem se modificando com a criação de pólos de desenvolvimento regional em cada estado, como é o caso do Ceará, que possui quatro pólos regionais com indústrias. Barros lembra que o oposto ocorre na capital, Fortaleza, onde se concentra 85% da arrecadação estadual.

Ele afirma que o estudo de cenários realizado pela Ripa pode contribuir para o estabelecimento ou a priorização de polí-

ticas voltadas para atender a essas demandas e ao que foi identificado como sendo tendências consolidadas e que estratégias utilizar dentro delas. “Os recursos financeiros são muito pulverizados em número muito grande de ações”, explica. “Espero que o resultado de trabalho dessa rede seja posto em prática e pelo menos parte desses norteadores sejam seguidos, o que dará maior velocidade ao processo pelo que vem sendo feita a transformação”.

Centro-Oeste

Atualmente, a Região Centro-Oeste se caracteriza por produções de grande escala de *commodities* como a soja, o milho, carnes, fibras (algodão), com potencial de aumento de produção na área de agroenergia, tanto na produção de madeira (para carvão) como na de cana-de-açúcar, além do girassol e, eventualmente, do pinhão manso, que poderá ser adaptado. Segundo o chefe-geral da Embrapa Hortaliças, em Brasília (DF), José Amauri Buzzo, os alimentos na região não estariam ameaçados pelo investimento em agroenergia. “Especialistas afirmam que há milhões de hectares degradados na região, que eram cerrado e transformaram-se em pastagens, mas que podem ser recuperados a partir do uso de tecnologias para a produção de alimentos e agroenergia, mantendo uma parte menor para a pecuária.”

Sul

O coordenador de formação e apoio a projetos da Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região (Adetec), no Paraná, Paulo Sendim, explica que o diferencial da Região Sul em relação às outras regiões diante dos cenários traçados é que ocorra uma aceleração no processo de mudança do perfil, de maneira que haja a diminuição do plantio de *commodities* e conseqüentemente o aumento da diversificação de produtos com maior valor agregado. “É um aspecto positivo que vai demandar tecnologia”, comenta.

Sudeste

O pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna (SP) Ariovaldo

Luchiari Júnior lembra que o Sudeste possui um volume considerável de instituições estaduais de pesquisa, bem como instituições científicas e tecnológicas voltadas para a agropecuária com pequena distância entre elas, além de meios de comunicação, aquisição de equipamentos, reagentes e insumos que facilitam a pesquisa.

As propostas de saneamento das falhas atuais estão voltadas para o fortalecimento e integração de novos arranjos institucionais, unindo as instituições federais, estaduais, municipais e privadas. “Essa tendência tem que prevalecer em temas de avanço do conhecimento”, avalia.

Luchiari Júnior afirma que um dos pontos principais para a demanda de pesquisa na Região Sudeste está voltado para a agroenergia, qualidade e quantidade dos recursos hídricos. “Tem que haver programas de revitalização dos recursos naturais”, aponta.

“Há grande número de universidades e institutos estaduais que diferencia o Sudeste das outras regiões. Na Região Norte não existe um sistema de pesquisa agropecuária estabelecido, portanto, não há empresas estaduais de pesquisa. No Nordeste há uma tendência de enfraquecimento dessas instituições, no Centro-Oeste ocorre a fusão da pesquisa com a extensão assim como acontece na Região Sul e em alguns estados do Sudeste”, esclarece.

Ripa

A Ripa é um observatório nacional para o agronegócio no Brasil. Os resultados do trabalho da rede irão subsidiar o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro), agências de fomento, Ministérios afins, instituições de pesquisa, setor produtivo, terceiro setor e tomadores de decisão, no estabelecimento de prioridades e na promoção de estudos, projetos e iniciativas que presuponham decisões de natureza estratégica e competitiva baseadas na inovação tecnológica. ■

* Assessoria de Comunicação da Ripa

Qualiagro

Certificação e Café 4C

O CÓDIGO Comum para a Comunidade Cafeeira é uma iniciativa alemã conhecida pela sigla 4C. O projeto visa a ampliar a oferta de café verde produzido com critérios de sustentabilidade. É uma visão de mercado formulada pelos grandes *traders* e industriais importadores e comerciantes do grão no mundo.

Idealizado em 2003, o projeto 4C recebeu investimentos da ordem de 3,5 milhões de euros de organizações como Nestlé, Kraft, Sara Lee, Tchibo, Neumann Group, entre outros. Segundo dados da Associação, 54% da produção global de café, bem como as maiores empresas do mundo de comercialização, torrefação e fabricantes de café solúvel estão representadas pela sigla 4C.

A Associação 4C é uma organização voluntária e de adesão por contribuição anual proporcional ao tamanho da atividade e setor (produtores, compradores intermediários e industriais). A maior parte dos custos, cerca de 70%, será pago pelas indústrias. Um produtor de até 100 sacas de café pagaria três euros. Para produtores de até 1000 sacas o valor sobe para 30 euros, e, gradativamente, produtores de 10 mil sacas pagariam 300 euros.

O Brasil tem iniciativas rumo à cafeicultura sustentável nas principais regiões produtoras. Cerca de 1,8 milhões de sacas de café produzidas em três mil propriedades são certificadas. O projeto 4C não exige um processo convencional de certificação, para atender a segmentos específicos de mercado.

A Produção Integrada de Café (PIC), iniciativa do Consórcio Brasileiro de

Pesquisa e Desenvolvimento em Café.-CBP&D/Café/MAPA, também construída sob princípios sustentáveis, prevê, além do código de normas, uma certificação nacional aos seguidores do programa.

Depois de quatro anos de elaboração e organização, o café produzido com princípios 4C começou ser comercializado no mercado internacional em outubro. Segundo dados da Associação 4C, atualmente 3,5% da oferta global de café são produzidas de acordo com os critérios estabelecidos pelo código, o que equivale a 4,4 milhões de sacas.

Nos principais países produtores, como Brasil, Vietnã, Uganda, Guatemala, México, Costa Rica, Quênia e Colômbia, os cafeicultores estão sendo verificados de acordo com o código. Com apenas 11 meses após a fundação, o número de membros da Associação 4C cresceu mais de 70%, representando produtores, instituições, empresas e organizações cafeeiras.

O código dispõe de um sistema prático de análise por meio de sinalização de cores (vermelho inaceitável, amarelo em desenvolvimento e verde ideal). Existe a previsão de 50 cursos de treinamento a parceiros e produtores de café em 12 países, além de serviços de verificação em pelo menos 15 países, com aumento gradativo de novos parceiros públicos e privados, ampliando a rede de apoio 4C.

O primeiro presidente eleito da Associação 4C, o brasileiro Joaquim Leite, destaca que: “Agora, o 4C apresenta o que foi comprometido fazer quando o código começou a ser projetado há mais de qua-

tro anos – lançar um sistema de sustentabilidade que trouxesse benefícios reais para o setor em geral e para os produtores de café, especificamente. O 4C é o primeiro passo para mais sustentabilidade na cadeia de café inteira”.

O investimento necessário para adaptação ao 4C não significa necessariamente prêmio no preço da saca comercializada. É um compromisso das indústrias de comprar, e da rede varejista de comercializar, de forma gradativa e ao longo do tempo, volumes crescentes de cafés com padrão 4C. A meta é atingir 25% e 50% do mercado mundial em 2011 e 2015 respectivamente.

As ações de sustentabilidade passam a ser um requisito para comercialização de café. Não é possível ignorar esse tipo de demanda. Como a maioria dos princípios já é praticado pela cafeicultura, a adesão ao 4C pode criar um diferencial positivo para o café brasileiro. Os produtores que ficarem de fora comercializarão o grão em mercados marginais.

Existe a preocupação de que o 4C se configure em barreira não-tarifária e discrimine determinados países produtores, com acordos preferenciais no âmbito da associação.

O Brasil deve perseguir a estratégia de investir na exportação de café industrializado, com agregação de valor real ao produto. Paralelamente, os contratos ao longo da cadeia produtiva propiciam uma distribuição mais adequada de renda. O produtor recebe a maior parcela, enquanto os países importadores se beneficiam com a agregação de valor ao produto. ■

Capacitação

Parceria Unica e Banco Mundial

Maria Luiza Barbosa*

A PARTIR do segundo semestre de 2005, a Unica e o WBI – World Bank Institute (Instituto Banco Mundial) realizaram em parceria um programa de capacitação no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade (RSC).

O trabalho envolveu diretores, gerentes e supervisores de vários departamentos das usinas associadas à entidade, incluindo as áreas de recursos humanos, con-

troladoria, financeira, produção, técnica, agrícola, *marketing*, contabilidade/auditoria, comercial e jurídica. O programa também foi ministrado a alunos de várias instituições de ensino superior do estado de São Paulo. Ao todo, foram treinados 2.500 participantes em oito meses.

O curso contou com três encontros presenciais, em que os participantes foram motivados com dinâmicas, apresentações em *powerpoint*, trabalhos em grupos, sen-

do a outra parte pela *web* (plataforma do Instituto Banco Mundial).

No primeiro encontro presencial foi realizada uma dinâmica sobre o sentido das palavras “ordinário” e “extraordinário”, para facilitar a descontração do grupo e apresentação da turma, com o propósito de sensibilizar os participantes ao tema.

Em seguida, foram:

- Apresentados os desafios do momento atual, com enfoque na capacidade de gestão de cada participante;
- Explicadas as ferramentas necessárias para a execução do curso *online*, navegação e objetivos.
- Os participantes divididos em duplas para a discussão do estudo de caso para o encontro seguinte.

No segundo encontro, houve a apresentação dos estudos de caso. Foram ressaltados pontos que reforçam a idéia de Responsabilidade Social Corporativa e Competitividade Sustentável, com explicações dos conteúdos dos módulos 3, 4 e 5.

No terceiro encontro houve a retomada de pontos principais do Diamante de RSC e do processo de engajamento. Foi realizada discussão sobre os erros mais frequentes e as dificuldades de implantação dessas estratégias. Os participantes foram divididos em grupos por competência de gestão (RH, financeiro, industrial, técnico/agrícola, alta administração e outros), para discutir e apontar oportunidades em uma gestão extraordinária. Além da apresentação feita pelos grupos, foram reforçados conceitos e ferramentas já existentes.

As aulas presenciais foram o combustível para a interação no programa, com o intuito de desenvolver os conceitos, os questionamentos, entusiasmar e aproximar os participantes de áreas distintas para trabalhar o tema da Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade. As tarefas solicitadas em pequenos grupos e as simulações das ações deram suporte para o manuseio das informações na *internet*. ■

* Consultora da Unica

Módulos do Curso

Primeiro	Principais Conceitos <ul style="list-style-type: none"> • Benefícios e os desafios para o setor privado, aos governos e à sociedade civil.
Segundo	Tomada de Decisão: <ul style="list-style-type: none"> • Quatro estruturas; • Três Visões para a Tomada de Decisão; • Por que Bons Gerentes Tomam Más Decisões? • Doze Questões para Lidar com Dilemas Éticos; • Ética e a Política de Tomada de Decisão.
Terceiro	Diamante da Responsabilidade Social Corporativa; <ul style="list-style-type: none"> • Cenário do ambiente que influencia a RSC; • Estrutura para lidar com questões complexas de forma mais sistemática; • Identificar as medidas políticas apropriadas; • Entender os elos entre governança nacional, corporativa e Responsabilidade Social Corporativa; • Apreçar o impacto da política e ambiente empresarial no comportamento corporativo.
Quarto	Desenvolvendo a Competitividade Sustentável: <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer a estrutura para a construção da competitividade sustentável por meio da RSC; • Incorporação dos conceitos na estratégia, até como diferencial.
Quinto	Responsabilidade Social Corporativa e a Pobreza: <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer alguns instrumentos e abordagens que podem ser usados para melhorar o papel da empresas na mitigação da pobreza, ao construir vínculos com outros elos da cadeia produtiva.
Sexto	Plano de Ação. <ul style="list-style-type: none"> • Estruturação de estratégias e implementação de planos de ação; • Visão a adoção de políticas e práticas eficazes de RSC.

Mercado de carbono

Negócios verdes

O MERCADO internacional de carbono oferece boas oportunidades às cooperativas agrícolas. É possível conseguir uma receita extra com a venda de créditos de carbono gerados a partir de projetos que reduzam a emissão de gases de efeito estufa, como o gás carbônico e o metano.

Durante seminário em Brasília, realizado em setembro pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), especialistas destacaram as oportunidades de negócios neste mercado. A OCB tem como meta a aprovação de 15 projetos até o final de 2008 nas áreas de energia renovável, reflorestamento e tratamento de resíduos.

Várias cooperativas do Sul do País investem em biodigestores para transformar os dejetos de suínos, um sério problema ambiental na região, em energia. De quebra, os biodigestores podem gerar uma renda adicional aos produtores rurais com a negociação de créditos de carbono. Cada metro cúbico de dejetos suíno gera um quilowatt de energia.

Este é objetivo do projeto piloto desenvolvido em Marechal Cândido Rondon, no oeste de Santa Catarina, pela Frimesa (empresa da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste) e pela Cooperativa Agroindustrial Coopagril, que pretendem produzir energia a partir dos dejetos de 12 mil suínos.

Na Bacia do Uruguai, a Eletrosul em parceria com os pesquisadores da Universidade Comunitária Regional de Chapecó realiza um estudo para a instalação de 40 biodigestores. O estudo visa a avaliar a situação sócio-econômica e ambiental dos



Leilão na BM&F negocia crédito de carbono

A BM&F realizou em setembro o primeiro leilão de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instituído pelo Protocolo de Quioto. Foram negociados créditos correspondentes a 808.450 toneladas de dióxido de carbono, de titularidade da prefeitura de São Paulo, geradas pelo Projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia.

Quem arrematou o lote foi o banco europeu Fortis Bank NV/AS, que pagou €16,20 por tonelada de carbono. O valor total foi de €13,09 milhões (cerca de R\$ 34 milhões). Segundo a prefeitura, os recursos arrecadados serão utilizados em projetos de melhoria de vida e recuperação de áreas públicas no entorno do aterro.

Como funciona o biodigestor

O biodigestor é um tanque protegido do contato com o ar atmosférico, onde a matéria orgânica é metabolizada por bactérias anaeróbias (que se desenvolvem em ambiente sem oxigênio). Nesse processo, obtêm-se como subprodutos o biogás, o biofertilizante e um efluente mineralizado.

O biogás (metano) tem uma infinidade de aplicações, pode abastecer desde fogões domésticos até gerar energia elétrica. Com isso, ele reduz as necessidades de lenha no meio rural, evitando o desmatamento. Uma das grandes virtudes do biodigestor é converter o metano em gás carbônico. O metano causa impacto 21 vezes maior que o gás carbônico em termos de aquecimento global.

Os biodigestores permitem a adubação orgânica dos solos, melhorando o rendimento das lavouras. O produtor economiza gás e/ou energia elétrica, além de evitar que os dejetos venham a poluir os rios.

Dez passos para aprovar um projeto no mercado de carbono

1. Pelo Protocolo de Quioto, os países desenvolvidos se comprometeram a reduzir em média 5,2% das emissões de gases de efeito estufa até 2012. O ano de referência foi 1990. Para isso, eles podem comprar reduções certificadas de emissão (RCEs), também conhecidas como créditos de carbono, dos países em desenvolvimento.
2. Os países em desenvolvimento devem utilizar os chamados MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiarem do ingresso de divisas por conta das vendas de RCE para os países desenvolvidos. O MDL é um dos mecanismos de flexibilização previstos pelo Protocolo de Quioto para as empresas ou países atingirem suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, em unidade de RCE, originadas em projetos nos países em desenvolvimento.
3. Para um projeto gerar RCEs precisa atender a várias exigências. Em primeiro lugar, provar “adicionalidade”, ou seja, que a redução nas emissões não aconteceria em sua ausência. Para isso, é preciso calcular a “linha de base”: o cenário provável de emissão caso o projeto não existisse e usar a metodologia de monitoramento aprovada pelo Conselho Executivo do MDL da ONU.
4. O proponente do projeto deve elaborar o Documento de Concepção, por meio da contratação de uma Entidade Operacional Designada (EOD), empresa especializada independente e reconhecida pelo Conselho Executivo da ONU. A EOD vai revisar o documento e analisar outras informações relevantes, como comentários das partes interessadas e possíveis impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do projeto.
5. A aprovação do projeto no país hospedeiro corresponde à aceitação da atividade do projeto de MDL pelo governo local. A competência dessa decisão cabe à Autoridade Nacional Designada (AND), que no Brasil está a cargo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
6. A Comissão Interministerial de Mudança Climática verifica se o projeto: a) prevê a redução das emissões de gases efeito estufa e/ou a remoção de CO₂ da atmosfera; b) promove o desenvolvimento sustentável.
7. Após a aprovação, o projeto segue para registro, que representa a aceitação formal pelo Conselho Executivo da ONU.
8. Uma vez registrado, o projeto passa para a fase de monitoramento, que segue a metodologia previamente definida.
9. Se o monitoramento constatar as reduções das emissões de gases efeito estufa, a Entidade Operacional Designada (EOD) concede uma certificação à empresa proponente.
10. Com a certificação, a empresa solicita ao Comitê Executivo da ONU a emissão das RCEs relativas à quantidade reduzida e/ou removida.

Fonte: BM&F

çado na natureza, com sérios prejuízos ao ambiente.

Pelos cálculos da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina, o volume de dejetos de suínos produzidos no estado poderia gerar até 1.300 megawatts/hora, energia suficiente para 130 mil residências.

Empresas

Perdigão e Sadia, as duas maiores empresas do Brasil no setor de aves e suínos, também estão preocupadas em reduzir os impactos ambientais causados pelos dejetos. Em Rio Verde (GO), o Instituto Perdigão de Sustentabilidade já instalou 80 biodigestores. O objetivo a médio prazo é participar do mercado internacional de carbono.

Iniciado no Centro-Oeste, o programa da Perdigão está sendo estendido aos produtores do Sul, com a implantação de biodigestores em 91 propriedades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A Sadia conseguiu no ano passado a aprovação do Conselho da ONU para Mudanças Climáticas para um projeto que prevê a captação de gases de efeito estufa, com o uso de biodigestores, em três granjas da empresa.

Esse foi o primeiro passo para a implantação do programa Suinocultura Sustentável Sadia, que pretende mobilizar 3.500 suinocultores integrados na redução das emissões de gases do efeito estufa. A empresa espera negociar de 6 a 10 milhões de toneladas de carbono no mercado externo.

Os dejetos dos suínos são fermentados por bactérias nos biodigestores, evitando a emissão de metano. O sequestro de gases causadores do efeito estufa será revertido em créditos de carbono, que serão negociados no mercado externo.

Em 2006, o Instituto Sadia de Sustentabilidade fechou a sua primeira venda de créditos de carbono. O comprador foi um fundo europeu, o European Carbon Fund (ECF), que adquiriu 2,750 milhões de toneladas de carbono por cerca de R\$ 80 milhões. ■

municípios para a instalação de biodigestores, que produzirão energia elétrica a partir de dejetos suínos.

A preocupação com a poluição é crescente nas regiões produtoras do Sul do Brasil, onde o rebanho suíno soma 16,5

milhões de cabeças, quase 48% do total nacional. Só em Santa Catarina, há 5,5 milhões de suínos, que produzem 47 mil metros cúbicos de dejetos por dia. Rico em coliformes fecais, metais pesados e metano, metade desse excremento é lan-

FAEMG – Unindo as forças do campo

REPRESENTAR E defender os interesses coletivos dos produtores rurais de Minas Gerais. Esta é a missão que a FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais) procura desempenhar cada vez melhor. Há mais de meio século, a entidade coloca-se à frente na defesa dos interesses dos produtores rurais mineiros, mobilizando, debatendo, negociando e exigindo das autoridades o atendimento dos mais legítimos direitos da classe produtora rural.

A FAEMG congrega cerca de 400 Sindicatos dos Produtores Rurais, sempre seguindo as diretrizes da entidade maior do campo – a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Sua atuação é embasada por sua equipe, distribuída nas Assessorias Técnica, Meio Ambiente, Jurídica, Sindical, Comunicação e de Informática, além do SAC (Sistema de Arrecadação e Cadastro) e da Biblioteca.

Para dar suporte ao seu trabalho, a Federação tem um Conselho de Crédito Rural e dez Comissões Técnicas integradas por lideranças regionais em cada segmento produtivo: Avicultura, Café, Cana-de-Açúcar, Caprinos e Ovinos, Cereais,

Fruticultura, Leite, Olericultura, Pecuária de Corte e Suinocultura. Vinculado à FAEMG está o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), que cuida da formação profissional rural e da promoção social no campo.

Ações

Além da ampla atuação política, a FAEMG desenvolve várias ações para o desenvolvimento rural. Entre elas, está o Programa de Formação de Novas Lideranças Rurais, através do qual investe em jovens com potencial de líderes. Na área tecnológica, destaca-se o Balde Cheio – projeto de capacitação de técnicos em produção intensiva de leite. Outro programa é o Nosso Ambiente, que visa à conscientização do produtor sobre a importância do desenvolvimento sustentável.

A informação é outro instrumento de ação da FAEMG, que edita publicações especializadas, como o Boletim Técnico Agropecuária Mineira, com análises de mercado; o Informativo FAEMG SENAR, com notícias do setor; e Notas Jurídicas, com orientações em vários campos do Direito. No site da Federação, o leitor tem

acesso a informações ambientais, econômicas e jurídicas, orientações sindicais, dados e estatísticas, além de notícias sobre o agronegócio.

Este trabalho vem frutificando. Com suas gestões e propostas junto ao governo, a FAEMG já obteve inúmeras conquistas, como aporte de recursos para o setor, renegociação de dívidas rurais, criação de programas de incentivo a atividades rurais diversas, redução de impostos incidentes sobre produtos agropecuários, coibição de importações predatórias, defesa da propriedade rural e participação ativa na criação de câmaras setoriais no Estado.

FAEMG

Avenida Carandaí, 1.115, 3º-5º andar – Bairro: Funcionários

CEP: 30.130-915 – Belo Horizonte

– Minas Gerais

Telefone: (31) 3074-3000 – Fax: (31)

3074-3030

e-mail: faemg@faemg.org.br site:

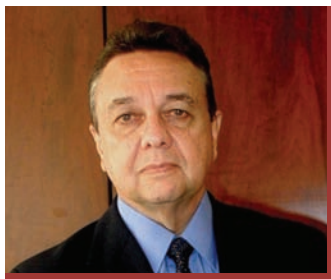
www.faemg.org.br

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais



Diário de bordo

Flores para todos



Roberto Rodrigues*

N O MUNDO todo se buscam modelos e sistemas de produção que permitam a sustentabilidade (econômica, social e ambiental) da pequena propriedade rural. Nos países ricos, vários mecanismos protecionistas são implementados, uma vez que a unidade do produto tem margens de ganho cada vez menores e, em área pequena, não há escala para compensar isso. O Brasil tem alguns bons programas nessa direção, mas ainda está muito longe de executar políticas que garantam a renda do pequeno produtor rural.

Há outro paradoxo: atividades que produzem algo de maior valor agregado – que permitiriam o avanço dos pequenos – exigem alto padrão tecnológico, o que tem custos nem sempre compatíveis com a renda anteriormente citada.

Romper esse círculo vicioso é tarefa dura, e um dos mecanismos para tanto é o modelo cooperativista.

Uma atividade produtiva muito interessante sob essa perspectiva é a floricultura. E o Brasil tem um enorme espaço a conquistar na área. Nosso consumo *per capita* de flores está em 4,70 dólares por ano, 20% do da Argentina ou 3% do da Suíça. Podemos crescer muito, mas isso implica usar flores sempre, e não apenas como presente em ocasiões especiais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor), a área média da produção de flores hoje é de 3,5 hectares.

São cerca de 6 mil hectares/ano, produzindo em 304 municípios de todo o País.

São vários os produtos de floricultura, e, no Brasil, o mais importante são as “mudas” (50,4%), seguido de “flores de corte” (28,8%), “envasados” (13,2%), “folhagens de vasos” (3,1%), “folhagens de corte” (2,6%) e outros (“sementes, bulbos” etc. com 1,9%). Toda a cadeia produtiva já gera 110 mil empregos, realizando 70% da produção no campo e o resto em estufa.

Ainda concentrada em São Paulo, que responde por 70% da produção e 40% do consumo, a floricultura, com apoio dos governos estaduais, de cooperativas como a Holambra, e de órgãos como o Sebrae, vai se desenvolvendo muito bem em outros estados como Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina e Alagoas.

Nosso grande mercado ainda é o interno, e o Brasil ocupa menos de 0,5% do comércio mundial de flores. Mesmo assim, em 2006 exportamos 7,8 mil toneladas, no valor de 30 milhões de dólares, 130% mais que em 2001.

Há muito que fazer, desde no aspecto tecnológico, como a criação ou introdução de novas variedades (que esbarra na importante Análise de Risco de Pragas), até na abertura de mercados, passando pela questão da infraestrutura, especialmente do frio.

Mas, com todas as dificuldades, que maravilha é uma atividade de produção que ofereça renda, lidando todos os dias com rosas, bromélias, crisântemos, palmas, antúrios, orquídeas, cravos, margaridas, begônias, avencas, samambaias, e tantos outros presentes da natureza! Que bela atividade para os pequenos e caprichosos. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

O agronegócio na mídia



Cesário Ramalho da Silva*

R ECENTEMENTE, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) acompanhou, na USP, uma palestra do jornalista Carlos Raices, profissional com extensa trajetória no jornalismo do agronegócio e atual diretor-adjunto de projetos editoriais do jornal *Valor Econômico*. Ele fez uma leitura da inserção do setor rural na mídia hoje, bem como expôs algumas tendências sobre a cobertura jornalística da atividade daqui para a frente.

Ao tomar conhecimento do conteúdo apresentado, constatei que o material traz questões relevantes para compartilhar com o caro leitor. O agronegócio vai perder espaço na grande mídia em relação ao que acontece hoje, segundo Raices. A tendência dos jornais é eliminar os espaços pré-definidos para o setor, que não sumirão do noticiário, mas terão uma cobertura diferente.

Daqui em diante, as notícias do agronegócio serão matérias em um contexto intersetorial, ou seja, que mostrem os impactos, benefícios, vantagens do setor para outros públicos, especialmente o consumidor das grandes cidades.

Serão reportagens sobre a influência da entressafra no preço pago pela carne nos açougues e supermercados, bem como a segurança alimentar do produto, e não mais apenas artigos com dados relativos a crescimento do rebanho ou das exportações. Ou ainda, matérias que tratem

Opinião

De olho na qualidade

dos benefícios econômicos do etanol para o bolso do motorista, as vantagens do combustível no combate à emissão de poluentes, assim como se produto e processos têm certificação socioambiental.

A grande mídia em geral ainda desconhece a realidade do agronegócio. Para isso mudar, o setor precisa primeiro compreender como a sociedade urbana o enxerga, a fim de calibrar o “diálogo” e adiante promover conhecimento que seja capaz de influenciar a percepção da população das metrópoles. Esse, por exemplo, é um dos desafios do Instituto do Agronegócio Responsável (Ares), criado pelas principais entidades representativas do setor.

O jornalista ressaltou ainda a abertura salutar de capital das empresas do agronegócio, o que na nossa visão, trata-se do início do processo de relacionamento intersetorial. A participação de companhias do setor nas bolsas exige delas o cumprimento de uma série de requisitos de governança corporativa, fato favorável à gestão, transparência, imagem e reputação do agronegócio como um todo.

Quanto aos temas que despertarão maior atenção da mídia, ele destacou a agroenergia, a sustentabilidade, os créditos de carbono, o meio ambiente, os transgênicos, a sanidade, a rastreabilidade, a segurança alimentar, as negociações internacionais, e a relação com os consumidores, entre outros.

Raízes dá o recado que, para continuar crescendo e de forma sustentável, o agronegócio terá de quebrar paradigmas, com a abertura de canais de relacionamento além do seu universo, tendo como base a mudança comportamental dos atores da cadeia produtiva. ■



João Sampaio*

ORGÂNICO ou geneticamente modificado? Industrial ou *in natura*? Com aditivos ou sem? O mundo vive de olho na composição e qualidade dos alimentos. Recentemente, a comprovada existência de substâncias nocivas à saúde no leite longa vida de duas cooperativas acendeu a luz vermelha.

Além de ser um problema de fiscalização e punição, a discussão deve ser mais profunda do que como se tratasse de um simples caso de má-fé e corrupção. A garantia de qualidade passa por revisão nos processos de produção, na remuneração extra de uma produção superior e no reconhecimento pelo consumidor desta diferenciação.

Por exemplo, o Brasil é o maior exportador do mundo de café verde. A produção chega à casa dos 42,5 milhões de sacas, e as vendas externas a 27 milhões de sacas. O mundo processa e reexporta o café brasileiro em quantidade cinco vezes menor ao volume exportado pelo Brasil na forma de *commodity*, porém numa quantidade infinitamente maior de divisas para os países processadores. Essa diferença influencia a renda do cafeicultor brasileiro e sua capacidade de garantir qualidade.

Mesmo assim, o setor trabalha na garantia de qualidade e na diferenciação dos cafés superiores, *gourmet* e especiais. Na cadeia, é checado todo o processo de pro-

dução, desde o plantio, manejo da cultura, colheita, armazenamento até a secagem. O segredo está no processo e não só na certificação do produto. O selo final é resultado do encadeamento de ações realizadas nos elos da cadeia produtiva. Aqui em São Paulo, fechamos o ciclo, pois produzimos e tomamos o melhor café.

São realizados, durante todo o período da colheita, palestras, *workshops*, dias de campo e concursos regionais de qualidade sob supervisão técnica de todos os membros do setor, que culminam com a eleição do melhor café de São Paulo na safra. Os dez melhores são lançados em embalagens especiais e com custo superior para as vendas de fim de ano. Similar ao que fazem os produtores de vinho franceses em toda safra.

Por que se contrapor ao leite? Não significa que o produtor não invista na qualidade dos plantéis, no manejo higienizado da produção na sua propriedade. Há muito o setor leiteiro progride em busca de qualidade, o erro está na avaliação do produto e, por conseguinte, na equivocada aferição dos processos de produção.

Nossa proposta é trabalharmos no estado de São Paulo para o desenvolvimento de uma política pública mais coerente com o novo mercado, com a conjugação de ações governamentais, menos fragmentadas, combinado com o suporte do setor privado. Esse projeto se concentra na garantia das condições sanitárias e fitossanitárias por meio de uma plataforma única com os agentes econômicos das respectivas cadeias produtivas, focando as ações em duas vertentes, que são o aperfeiçoamento dos marcos legais, normas, estruturas e estratégias, tudo previsto no Plano Plurianual 2008 a 2011, e ações conjunturais para estabelecer estratégias de segurança para os bens gerados em cada cadeia. O objetivo final é qualidade no processo e não só no produto. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Todo
seu

O Bruno quer um banco
que ofereça mais autonomia
e facilidade na compra
de produtos agropecuários.

Chegou o Ourocard Platinum Agronegócio.

O Banco do Brasil lançou o Ourocard Platinum Agronegócio. Agora ficou muito mais simples comprar bens e produtos agropecuários utilizando os recursos do crédito rural. Consulte seu gerente e solicite o cartão feito sob medida para você. Só o banco que mais investe no Agronegócio Brasileiro poderia pensar em algo assim. **Ourocard Platinum Agronegócio. Esse cartão é todo seu.**



OUROCARD DO PRODUTOR RURAL





Estamos reforçando o elenco, para você fazer bonito no campo.



Junte-se ao time que só pensa em conquistas quando o assunto é o campo. Filie-se à Associação Brasileira de Agribusiness para integrar-se estrategicamente a entidades e pessoas representativas do agronegócio brasileiro. Na Abag, você terá oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de planos político-estratégicos em defesa do setor e fomentar a divulgação do complexo agroindustrial brasileiro, aqui e no exterior.

Abag: você e sua empresa no campo, para vencer. www.abagbrasil.com.br tel (11) 3285 3100

